

Sumário

	Mensagem do Conselho de Administração 03
	Identificação geral05
	1. Quem somos 06
	2. Nossas principais atividades 07
	3. Nosso compromisso público 22
	4. Nossa política de preços 24
	5. Nossa estrutura de controles internos 25
	6. Nossa gestão de riscos 28
	7. Nossos fatores de risco 31
	8. Nossos principais resultados34
	9. Nosso modelo de governança corporativa 40
10.	Nossas principais melhorias em governança corporativa 43
11.	Nossa composição e remuneração da administração47

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Petrobras

Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2017 pode ser resumido como o ano em que nossa empresa conseguiu consolidar sua trajetória de recuperação, após uma das maiores crises de sua história, ao mesmo tempo em que voltamos a refletir sobre os desafios para a nossa atuação a longo prazo, tendo em vista as grandes mudanças no cenário mundial da energia.

A recuperação financeira da companhia é, sem dúvida, um marco importante nessa retomada, impulsionada pela confiança e pelo reconhecimento do mercado quanto aos nossos esforços, pelo fortalecimento da nossa estrutura de governança, pela redução da nossa taxa de acidentados registráveis e pela entrega de resultados financeiros e operacionais sólidos, a partir da otimização do nosso portfólio de ativos, da valorização de nossas ações e da superação gradativa dos enormes problemas que enfrentamos.

Assim, chegamos a um novo momento na Petrobras, no qual deixamos para trás os resquícios do passado e seguimos em frente, de maneira responsável e comprometidos em continuar a perseguir as metas traçadas por nossa estratégia, identificando as conquistas, analisando as lacunas e buscando oportunidades de melhoria.

Nosso Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 mantém como base as duas métricas de topo principais, uma de segurança e outra financeira, que continuam a orientar nossas ações estratégicas, agora acompanhadas por um sistema de monitoramento estratégico, que consiste na avaliação permanente do ambiente de negócios, permitindo que ajustes no direcionamento do plano possam ser realizados de forma mais ágil e eficaz.

Também temos promovido ações de fortalecimento de nossa governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regramentos adotados pela companhia, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados de mercado.

As alterações que promovemos em nosso sistema de governança e gestão e em nossos processos decisórios tornaram a Petrobras uma empresa mais robusta e confiável e culminaram com o nosso ingresso no Programa Destaque em Governança de Estatais e a adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa, da B3. Adicionalmente, implementamos diversas ações para fortalecimento de nosso ambiente de controles internos conseguimos eliminar todas deficiências significativas e fraquezas materiais identificadas nos últimos anos.

Os avanços incorporados ao nosso Estatuto Social apontam para um maior equilíbrio de direitos para todos os acionistas, através de mecanismos onde os minoritários passam a ter papel e voz ativos. Ao mesmo tempo, mantemos nosso compromisso público ao passar a prever, de forma clara e transparente, que poderemos ter nossas atividades orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que

justificou a nossa criação, desde que de forma compatível com o nosso objeto social e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco a rentabilidade e a sustentabilidade financeira da companhia.

Além disso, incluímos em nossa estratégia iniciativas voltadas à transição para uma economia de baixo carbono e à transformação digital, reforçando nosso compromisso de evoluir com a sociedade, gerando valor a longo prazo.

Essas e outras iniciativa retratam uma evolução e contribuem para a perenidade da nossa organização. Como veremos aqui, já caminhamos bastante e temos certeza que estamos no caminho certo.

Estamos pavimentando uma trajetória consistente para o futuro e necessária para a sustentabilidade da companhia e sabemos que esse é um trabalho árduo e permanente, resultado de nossas lutas e conquistas diárias. Esse é o desafio que nos move a todos na Petrobras.

Conselho de Administração da Petrobras

Identificação geral

Em conformidade com o artigo 8°, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com os artigos 16 e 18 do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras referente ao exercício social de 2017.

CNPJ/MF n° 33.000.167/0001-01. NIRE 33.300032061

Sede: Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ

Tipo de estatal: sociedade de economia mista. Holding

Acionista controlador: União Federal Tipo societário: sociedade por ações

Tipo de capital: capital aberto

Abrangência de atuação: internacional

Setor de atuação: petróleo, gás natural e energia

Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores: Ivan de Souza Monteiro.

Tel.: (021) 3224-2401. E-mail: dfinri@petrobras.com.br.

Auditores independentes: PricewaterhouseCoopers. Responsável técnico: Marcos Donizete Panassol. Tel.: (21) 3232-6112. E-mail: marcos.panassol@br.pwc.com. De 01/01/2015 a 31/12/2016. KPMG Auditores Independentes. Responsável técnico: Marcelo Gavioli. Tel.: (21) 2207-9000. E-mail: majavioli@kpmg.com.br. Período de prestação de serviços: 01/01/2017.

Conselheiros de Administração subscritores:

Luiz Nelson Guedes de Carvalho - Presidente do Conselho. CPF 027.891.838-72

Pedro Pullen Parente. CPF 059.326.371-53

Ana Lucia Poças Zambelli. CPF 024.818.357-51

Clarissa de Araújo Lins. CPF 851.458.317-49

Jerônimo Antunes. CPF 901.269.398-53

Segen Farid Estefen. CPF 135.786.856-15

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis. CPF 050.199.968-07

Marcelo Mesquita de Sigueira Filho. CPF 951.406.977-34

Sônia Júlia Sulzbeck Villalobos. CPF 022.306.678-82

Christian Alejandro Queipo. CPF 057.950.917-66

Administradores subscritores:

Pedro Pullen Parente - Presidente da Petrobras. CPF 059.326.371-53

Ivan de Souza Monteiro - Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores. CPF 667.444.077-91

Rafael Mendes Gomes - Diretor Executivo de Governança e Conformidade. CPF 136.813.078-06

Hugo Repsold Júnior - Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia. CPF 543.626.877-34

Jorge Celestino Ramos - Diretor Executivo de Refino e Gás Natural. CPF 671.741.917-20

Solange da Silva Guedes - Diretora Executiva de Exploração e Produção. CPF 436.644.076-87

Nelson Luiz Costa Silva - Diretor Executivo de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão. CPF 766.293.688-00

Eberaldo de Almeida Neto - Diretor Executivo de Assuntos Corporativos. CPF 737.109.897-87

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2018*

^{*} Versão originalmente aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 23/05/2018.

1. Quem somos

A Petrobras foi constituída em 1953, a fim de conduzir as atividades correlatas à indústria de petróleo e gás natural pelo governo brasileiro. Comecamos nossas operações em 1954 e durante aproximadamente guarenta anos com conduzimos exclusividade atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refino de petróleo no Brasil.

Como parte de uma reforma abrangente na regulamentação da indústria de petróleo e gás, o Congresso Brasileiro fez uma emenda na Constituição Federal do Brasil, em 1995, a fim de autorizar o governo brasileiro a contratar qualquer empresa privada ou estatal para realizar atividades de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de óleo, gás natural e derivados. Em 6 de agosto de 1997, o governo promulgou a Lei n° 9.478 (Lei do Petróleo) que estabeleceu um sistema regulamentar com base em concessões, cancelou o direito exclusivo da Petrobras de conduzir atividades de petróleo e gás e permitiu a concorrência em todos os aspectos da no Brasil. Desde indústria então. operamos em ambiente um desregulamentado e competitivo. A Lei do Petróleo também criou uma agência reguladora independente e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para regular a indústria do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis no Brasil e promover um ambiente competitivo para o setor. Em 2 de janeiro de 2002, o Brasil desregulou os preços do petróleo, derivados de petróleo e gás natural.

A nova fronteira exploratória descoberta na camada Pré-sal, levou o governo brasileiro a promulgar, em 2010, três leis que constituíram o novo marco regulatório para a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas não licitadas do Pré-sal (Novo Marco

Regulatório): as Leis nº 12.276/10 (Cessão Onerosa), 12.351/10 (Partilha de Produção) e 12.304/10 (Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA). As Leis do Novo Marco Regulatório não alteram os termos dos Contratos de Concessão já firmados, que cobrem aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-sal.

Em 2016, o governo brasileiro promulgou as Leis: (i) n° 13.303, em 30 de junho, que dispõe sobre o estatuto jurídico, dentre outras, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União Federal; e (ii) n° 13.365, em 29 de novembro, que dispõe sobre a faculdade mais obrigatoriedade) não companhia atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção, de que trata a Lei 12.351/10. Com a promulgação de tais diplomas legais, o ambiente regulatório que afeta a companhia, notadamente no que tange à nossa governança e atividades, ganha novos contornos.

As ações ordinárias e preferenciais da companhia são negociadas na BM&FBovespa desde 1968. A Petrobras foi constituída como empresa estatal de acordo com a Lei n° 2.004, de 3 de outubro de 1953, (posteriormente revogada pela Lei n° 9.478, de 1997) e a maioria do seu capital votante deve pertencer à União Federal.

Em 31 de dezembro de 2017, a União Federal possuía 28,67% do capital social total da companhia e 50,26% do capital votante. A Petrobras opera através de subsidiárias, *joint ventures* e empresas associadas estabelecidas no Brasil e em muitos outros países.

Para mais informações sobre nosso histórico, ver item 6.3 do Formulário de Referência da Petrobras, disponível em: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

2. Nossas atividades

A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto cuja motivação é prover a energia que que move a sociedade a realizar o seu potencial.

Atuamos por meio da capacidade técnica única de nossa força de trabalho, de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Estamos presentes nos segmentos de exploração e produção, refino, logística,

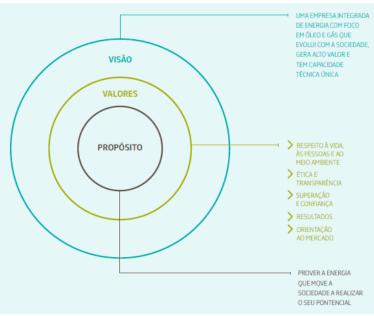
comercialização e transporte de petróleo e seus derivados e de gás natural além de energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia.

Durante 2017, nossa produção média no Brasil foi de 2,65 milhões de barris de óleo equivalente por dia (2,15 milhões de barris de petróleo e 80 milhões m³ de gás natural), 0 aue representou crescimento de 0,9% em relação a 2016. A maior parte das nossas reservas domésticas provadas estão em campos grandes e contíguos nas bacias offshore de Campos e Santos, no Brasil, o que nos permite otimizar a infraestrutura e limitar os custos de exploração, desenvolvimento e produção.

Nossas principais atividades e de nossas controladas

Nossas atividades estão organizadas em cinco segmentos de negócio:

Exploração Produção (E&P). Consiste no principal segmento de negócio da companhia, 0 gual compreende a exploração, desenvolvimento produção e de petróleo. Em 2017, nossa produção média no Brasil e exterior foi de 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia.



As atividades de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil são o componente mais expressivo do nosso portfólio. A Petrobras se dedica à pesquisa, localização, identificação, desenvolvimento, produção e incorporação de reservas de petróleo e de gás natural, em terra e no mar, produzindo hidrocarbonetos de maneira segura e rentável.

A companhia é líder mundial de produção em águas profundas e ultraprofundas. Em 2017, produzimos 28,7% da nossa produção global nessa classe de ativos. Nossas atividades se concentram em reservatórios de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, que representaram, em 2017, 87% de toda a nossa produção e contabilizaram 89% de nossas reservas provadas em 31 de dezembro de 2017. Atuamos também em campos maduros em águas rasas e em campos terrestres. Fora do Brasil, atuamos na América do Sul, Golfo do México e África Ocidental.

A cadeia da indústria de óleo e gás iniciase na fase exploratória, com a contratação de blocos exploratórios, seja por meio de leilões realizados por governos, seja por compras de outras empresas. Em 31 de dezembro de 2017, a companhia tinha 135 blocos exploratórios, nos quais 28 descobertas de petróleo e/ou gás (no Brasil) estavam sob processo de avaliação. Além destas, outras três descobertas (no exterior) encontravam-se em avaliação nas áreas de produção.

Em 2017, a ANP realizou quatro rodadas de licitação de novos blocos exploratórios no Brasil. Atuamos de forma seletiva nesses leilões, refletindo nossa visão estratégica e marcando o início da recomposição do nosso portfólio exploratório, ao mesmo tempo que buscamos recuperar a relação entre reserva e produção e assegurar a sustentabilidade da nossa produção futura de óleo e gás.

Nossos investimentos em exploração somaram R\$ 4,67 bilhões, em 2017, sendo 97% no Brasil. Esses investimentos abrangem, principalmente, os custos de perfuração, levantamentos sísmicos e aquisição de blocos.

Após a declaração de comercialidade de um campo, começa o processo de desenvolvimento da produção. Em 2017, os maiores destaques no desenvolvimento da produção estão no pré-sal da Bacia de Santos, com a entrada em operação dos FPSOs Pioneiro de Libra, no Campo de Mero, e P-66, no Campo de Lula Sul, primeiro no modelo replicante (várias plataformas construídas seguindo um mesmo projeto básico).

Os investimentos da companhia em desenvolvimento da produção em 2017 foram de R\$ 29,8 bilhões, uma redução de 20% em relação ao ano anterior em função, principalmente, da postergação para 2018 de algumas atividades na construção de FPSOs, da redução de tarifas e maior eficiência em sondas e embarcações de apoio.

No Brasil, nossa produção média de petróleo atingiu, pelo quarto ano consecutivo, um recorde histórico: alcançou, em 2017, a marca de 2,15

milhões de barris por dia (bpd), 0,4% acima do resultado do ano anterior. Cumprimos, pelo terceiro ano seguido, nossa meta de produção, confirmando a previsibilidade de nossas projecões.

Com relação à produção própria de gás natural, atingimos, em 2017, o volume inédito de 79,6 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), excluindo o volume liquefeito. Com isso, a produção total no país chegou a 2,65 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), volume 0,9% superior a 2016. Essa marca também constitui um novo recorde para a Petrobras.

A média anual da produção operada (que abrange a parcela da Petrobras e parceiros) na camada pré-sal, em 2017, também foi a maior da história da companhia, com a marca de 1,29 milhão de bpd. Esse volume superou a produção de 2016 em 26%. Além disso, atingimos, com nossos parceiros, recorde mensal (1,36 milhão de bpd, no mês de dezembro) e diário (1,48 milhão de bpd, no último dia 04/12) naquela camada.

No exterior, a produção média de petróleo, em 2017, foi de 64 mil bpd, 20% abaixo do volume produzido no ano anterior. A produção média de gás natural ficou em 8,3 milhões m³/d, 39% abaixo da produção de 2016. A redução decorre, principalmente, dos desinvestimentos realizados, como a venda da Petrobras Argentina.

Em 2017, nosso custo médio de extração, excluindo as taxas do governo, foi de US\$ 11.0 por boe, o que representa um aumento de 7% em comparação com o custo médio de US\$ 10,3 por boe registrado em 2016. Desconsiderando o efeito cambial (+9,4% em relação a 2016), o custo de extração de 2017 está em linha com do ano anterior, mesmo considerando a entrada em operação de novas unidades (P-66 e o Pioneiro de Libra).

Nosso foco de atuação em exploração e produção de petróleo é o Brasil. Nosso portfólio está concentrado na região Sudeste, sendo a maior parte das reservas de petróleo situadas em campos marítimos, em águas profundas e ultraprofundas, localizadas nas Bacias de Campos, de Santos e do Espírito Santo.

Considerando exclusivamente os direitos da Petrobras, pode-se explorar e produzir petróleo e gás no Brasil em uma área de 63.290 km², dos quais 31,5% estão em terra e 68,5% no mar. Deste total, 29,1% são áreas desenvolvidas e 70,9% são áreas não desenvolvidas (ou na fase exploratória).

O polígono do pré-sal, região na qual novas áreas exploratórias só podem ser outorgadas no regime de partilha de produção, ocupa uma área de aproximadamente 149 mil km² (36,8 milhões de acres), nos quais temos direitos de produção sobre 14% da área total (cerca de 21 mil km² ou 5,3 milhões de acres).

No Brasil, a União é proprietária do petróleo, mas a extração pode ser feita por empresas ou consórcios mediante diversas formas de pagamento, como os royalties, que variam em função do modelo regulatório aplicado. Atualmente, nossos principais campos em produção seguem o regime de concessão. Já os que se enquadram nos regimes de cessão onerosa e partilha de produção representarão grande parte da nossa produção a médio e a longo prazo.

As reservas de petróleo são medidas de acordo com critérios definidos pela Securities and Exchange Commission (SEC), que levam em consideração aspectos técnicos e econômicos para a mensuração dos volumes existentes e a possibilidade de produzi-los no futuro. Além disso, outros fatores como a compra e venda de ativos, preço do petróleo e características dos reservatórios, também influenciam na variação do volume de nossas reservas.

Mesmo com o recorde histórico de produção em 2017, conseguimos repor 109% do volume produzido, principalmente devido à perfuração de novos poços e melhor comportamento dos reservatórios no pré-sal das Bacias de Santos e Campos. Nos campos terrestres o destaque foi a redução dos custos operacionais na Bacia do Solimões, no estado do Amazonas.

A relação entre o volume de reservas e o volume produzido é de 10,6 anos, sendo de 10,7 anos no Brasil. O Índice de Desenvolvimento (ID), que é a relação entre as reservas provadas desenvolvidas e as reservas provadas, foi de 53% em 2017.

Refino, **Transporte** е Comercialização (Abastecimento). Inclui o refino, logística, transporte, exportação e aquisição de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo e etanol. Adicionalmente. este segmento inclui a área compreende petroquímica, que investimentos em sociedades do setor petroquímico, a exploração processamento de xisto, bem como atividades de refino e distribuição no exterior. Este segmento realiza a aguisição de petróleo bruto do segmento de E&P, importa petróleo para a mistura com nosso petróleo doméstico, bem como realiza a aquisição de derivados de petróleo em mercados internacionais aproveitando os diferenciais de preços existentes entre o custo de processamento do petróleo no Brasil e o custo de importação de produtos derivados de petróleo. Em 2017, continuamos operando grande parcela capacidade de refino total do Brasil, 98,2% segundo o Anuário Estatístico 2017 da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

No mercado externo, atuamos no segmento de distribuição no Paraguai, onde temos 192 postos de serviços; no Uruguai, com 88 postos e na Colômbia, com 113 postos. Os ativos de distribuição no Paraguai estão em processo de desinvestimento.

Em 2017, nossas 13 refinarias no Brasil, com capacidade total de destilação de petróleo bruto de 2,176 milhões de barris por dia em 31 de dezembro, processaram 1,736 milhão de barris por dia de petróleo e líquido de gás natural (LGN) e produziram 1,8 milhão de barris por dia de derivados. Do volume total do petróleo processado, 93% foram provenientes de campos brasileiros.

A refinaria da Petrobras fora do Brasil, Pasadena Refining System Inc. (PRSI), Texas (EUA), atualmente em processo de desinvestimento, no mesmo período, em 2017, processou 94 mil barris por dia de óleo, o equivalente a 88% da capacidade instalada, e produziu 94 mil barris por dia de derivados.

Distribuição. Inclui a distribuição de derivados de petróleo, etanol e gás natural veicular no Brasil para atacadistas e por meio da rede de postos de serviços da subsidiária Distribuidora Petrobras (Petrobras Distribuidora). A Petrobras Distribuidora é a maior distribuidora de derivados de petróleo do Brasil, com participação de mercado de 29,9% em 31 de dezembro de 2017, contando com 8.277 postos servicos e, aproximadamente, 14.427 clientes consumidores distribuídos ao longo de todo o território brasileiro. O segmento de Distribuição também inclui os serviços de distribuição de gás liquefeito de petróleo por meio da subsidiária Liquigás Distribuidora S.A. (Liquigás Distribuidora). Em janeiro 2017, a Assembleia Extraordinária de Acionistas (AGE) da

Petrobras aprovou a venda Liquigás. Em fevereiro de 2018, foi comunicado que o Tribunal Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu, maioria dos seus membros, reprovação da alienação da Liquigás para a Ultragaz. A Petrobras está analisando alternativas para desinvestimento da Liquigás, permanece no programa de parcerias e desinvestimentos conforme nosso Plano Estratégico, que visa otimizar o portfólio de negócios, com foco em óleo e gás, saindo integralmente das atividades de distribuição de GLP.

Gás Natural, Energia Elétrica e Fertilizantes. Inclui o processamento, a logística e a comercialização de gás natural produzido no Brasil importado, transporte comercialização de Gás Natural Liquefeito (GNL), a geração comercialização de energia elétrica, bem como a participação sociedades transportadoras distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil. Também inclui os resultados de nossas operações de fertilizantes.

A oferta de gás natural ao mercado brasileiro foi, em média, de 83 milhões de m³/dia. Desse total, 53,7 milhões de m³/dia foram provenientes da produção nacional, 5,0 milhões de m³/dia de gás natural liquefeito (GNL) foram regaseificados nos terminais de GNL em Pecém (CE), na Baía de Guanabara (RJ) e na Bahia, e 24,0 milhões de m³/dia foram importados da Bolívia.

A Petrobras conta com 23 unidades de processamento de gás natural, sendo 20 no Brasil e três na Bolívia, com uma capacidade total instalada de processamento de 150,8 milhões de m³/dia.

O volume total médio de gás natural processado no Brasil em 2017 foi de 71,7 milhões m³/dia, 16% maior que 2016. Após o processamento do gás natural, os principais produtos foram 58,2 milhões m³/dia de gás natural e 3,8 mil ton/dia de GLP. O volume total médio de gás natural processado na Bolívia em 2017 foi de 20,5 milhões m³/dia, 17% menor que 2016.

É importante ressaltar que Petrobras concluiu em 4 de abril de 2017 a venda de 90% das ações da empresa na Nova Transportadora do Sudeste (NTS), com dutos de 2.043 quilômetros de extensão, para a Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações (FIP), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada à Brookfield Asset Management.

A área de Energia é responsável pela geração e pela venda de energia elétrica. O parque gerador tem capacidade instalada de 6,1 mil MW e é composto por 20 usinas termelétricas próprias e alugadas, movidas a gás natural, óleo diesel ou óleo combustível. A companhia também possui usinas com geração a partir de fontes renováveis e participação minoritária em outros projetos, que somam cerca de 325 MW a sua capacidade de geração de energia elétrica.

Em 2017, geramos 3,2 mil megawatts médios (MWmed) de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse resultado é, aproximadamente, 41% maior que o de 2016, devido à elevação do despacho termelétrico das nossas usinas, principalmente no segundo semestre do ano, diante da redução do armazenamento dos reservatórios que abastecem as usinas hidrelétricas do SIN, consequência do cenário hidrológico desfavorável observado ao longo do ano.

Vendemos aproximadamente 788 MWmed de energia elétrica no ambiente de contratação livre e 3,05 mil MWmed no ambiente de contratação regulado.

A Petrobras também atua na produção e na comercialização de fertilizantes.

Possui, atualmente, três fábricas que estão localizadas nos estados da Bahia, de Sergipe e do Paraná. No total, produzimos 953,1 mil de toneladas de amônia, 865,4 mil de toneladas de ureia e 36,3 mil toneladas de sulfato de amônio. Da produção total de amônia, 493,6 mil toneladas foram utilizadas na produção de ureia e 9,5 mil toneladas na produção de sulfato de amônio.

A companhia deu início ao processo de venda da empresa Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), que opera em Araucária (PR), e da Unidade de Fertilizantes-III (UFN-III), cuja planta, em Três Lagoas (MS), está 81% concluída.

Em março de 2018, a companhia decidiu hibernar as fábricas de fertilizantes localizadas em Sergipe (Fafen-SE) e na Bahia (Fafen-BA) e o processo deve estar concluído até 31/10/2018. Esta decisão alinhada posicionamento está ao estratégico da companhia de integralmente das atividades de produção de fertilizantes, conforme o Plano de Negócios e Gestão 2018-2022.

Biocombustível. Inclui a produção de biodiesel e seus coprodutos, em especial glicerina, e a produção de etanol e seus coprodutos, em especial açúcar e energia elétrica, através de próprios participações ativos е societárias. Em 2008, foi criada a Petrobras Biocombustível, subsidiária da Petrobras, com a missão de produzir biocombustíveis responsabilidade social e ambiental, contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira e a redução da emissão dos gases de efeito estufa. Nossa atual diretriz estratégica continua sendo a saída da atividade produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento, tendo entrado em uma série de transações estratégicas para esse fim.

Além disso, possuímos um segmento Corporativo, o qual concentra as atividades que não são atribuídas aos demais segmentos acima listados, em especial as atividades vinculadas à gestão financeira corporativa da companhia, o "overhead" relativo à administração central e outras despesas, inclusive as atuariais, referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

Nossas subsidiárias

Nossas principais subsidiárias são: (i) a Petrobras Distribuidora S.A. (BR), (ii) a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e a (iii) Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO).

(i) Petrobras Distribuidora (BR). A BR atua na comercialização e distribuição de derivados de petróleo e de biocombustíveis em todo o Brasil, com presença em todo território nacional. Em 31 de dezembro de 2017, a BR Distribuidora contava com uma rede de 8.277 postos de serviços e, aproximadamente, 14.427 clientes consumidores.

As atividades comerciais da BR são divididas nos seguintes segmentos:

Rede de Postos. O segmento de Rede de Postos é responsável por distribuir combustíveis automotivos, como diesel, gasolina, etanol. GNV e lubrificantes. para postos revendedores. Além de fornecer combustíveis, a BR oferece uma ampla gama de servicos adicionais para o consumidor final, por meio de sua rede de loias de conveniência, sob a marca BR Mania, bem como franquias de serviços de revisão e manutenção automotivos, sob a marca LUBRAX+. Voltado para esse segmento, a BR possui o programa de fidelidade Petrobras Premmia, que conta com mais de 11 milhões de consumidores cadastrados.

- Grandes Consumidores. O segmento de Grandes Consumidores atende clientes com elevado volume de produtos adquiridos, distribuindo combustíveis e lubrificantes para os mais diferentes setores e indústrias da economia, dos quais se destacam: metalurgia, siderurgia, mineração, sucroalcooleiro, têxtil. papel alimentos bebidas. celulose. e cimento e cerâmica. guímica. petroquímica, transporte termoelétricas. Α atuação no segmento de Grandes Consumidores engloba também serviços relacionados, tais como: gestão do abastecimento de frotas; serviços ambientais e de lubrificação, entre outros.
- Aviação. A BR atua na distribuição e comercialização de gasolina querosene de aviação, lubrificantes e serviços especializados para clientes dos segmentos de aviação comercial, executiva e militar. O segmento de Aviação compreende, também, o BR Aviation Center, que oferece serviços como hangaragem, polimento, limpeza interna e externa aeronave, fornecimento de energia e trator, além do abastecimento.
- Químicos. A BR comercializa produtos químicos como solventes, enxofre, ureia, óleos agrícolas e óleos de processo para diversas indústrias, como tintas e vernizes, adesivos, borracha, química fina e agronegócio. Possui também depósitos para armazenagem e distribuição de produtos químicos para o segmento de exploração e produção de óleo e gás.
- peregia. A BR é responsável pela operação da concessão de gás natural no Espírito Santo, pela distribuição de coque verde de petróleo da Petrobras, tendo como principais clientes as indústrias metalúrgicas, e pelo desenvolvimento de soluções energéticas para clientes do segmento comercial e industrial.

Asfalto. A BR produz e comercializa produtos asfálticos, por meio de sua subsidiária integral Stratura Asfaltos S.A. Esta produz e comercializa produtos asfálticos. tais como emulsões asfálticas, cimentos e asfalto borracha e Emulpen. Para atender aos mercados de atuação, a Stratura se faz presente em 12 localidades que abrangem 10 unidades federativas do país, contando com bases próprias, bases compartilhadas e armazenagens em terceiros, cuja capacidade de armazenagem alcança a marca de 8.830 mil de m3.

A participação total da BR no mercado de distribuição de derivados é de 29,9%, sendo líder nos segmentos de rede de postos, grandes consumidores e aviação, com 24,4%, 43,1% e 56,4% de participação de mercado, respectivamente. Em 2017, o volume de vendas da BR foi 5,7% inferior Tal redução é explicada, principalmente, pela maior participação de concorrentes no mercado, viabilizada pela importação de produtos a preços mais competitivos. Além disso, companhia destaca os despachos às térmicas, 8,5% abaixo do volume comercializado no ano anterior.

A BR realizou em 15 de dezembro de 2017 sua oferta pública inicial de ações (*Initial Public Offering* - IPO) na B3. A oferta inicial de ações se deu através da venda (Block-trade) pela Petrobras de parcela das ações ordinárias detidas pela companhia. Com o IPO, a BR deixou de ser uma subsidiária integral da companhia.

(ii) Transpetro

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro é uma empresa de transporte e logística de combustível brasileira que atua em operações de importação e exportação de petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. Opera cerca de 15 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos para o abastecimento das indústrias, termelétricas e refinarias brasileiras.

A operação de terminais e oleodutos é um importante elo na cadeia logística de abastecimento do Sistema Petrobras. Dos campos de produção, o petróleo é transportado, por oleodutos ou por navios, para os terminais da Transpetro e de lá até as refinarias ou para exportação. Após o refino, os derivados são novamente escoados por dutos aos terminais para entregues serem às companhias distribuidoras. que abastecem mercados nacional e internacional.

Em 2017, a Transpetro movimentou 571,5 milhões de metros cúbicos de petróleo e derivados, operando 47 terminais e uma malha de 7.719 km de oleodutos. Adicionalmente, no mesmo exercício, a Transpetro movimentou, em média, 69,8 milhões de metros cúbicos de gás por dia em uma malha de 7.155 km de gasodutos. A capacidade de transporte da Transpetro é de 4,52 milhões de toneladas de porte bruto (TPB), por meio de 55 embarcações (próprias e afretadas), as quais são utilizadas tanto no escoamento produção marítima como no transporte de petróleo e derivados, gás liquefeito de petróleo e etanol para abastecer os mercados nacional e internacional.

(iii) Petrobras Biocombustível (PBIO)

A PBIO tem como objeto a (i) produção, logística, comercialização e pesquisa de biocombustíveis (biodiesel), bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, (ii) a logística e comercialização de matéria prima e (iii) a geração de energia elétrica associada às suas operações. A PBIO produz o biodiesel, um combustível menos poluente que o diesel de petróleo por ser obtido a partir de fontes renováveis óleos vegetais como gorduras animais. O biodiesel pode substituir total ou parcialmente o diesel motores ciclo mineral em diesel automotivo (caminhões, tratores, caminhonetes, automóveis, etc) estacionários (geradores de eletricidade em termelétricas, climatizadores, locomotivas, etc).

Informações sobre segmentos operacionais

Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da companhia

R\$	Milhões
-----	---------

Segmento	31/12/2017	%	31/12/2016	%	31/12/2015	%
E&P	134.737	28	116.033	25	117.098	23
ABASTECIMENTO	214.067	45	217.181	47	245.613	48
G&E	39.549	9	32.809	7	43.185	8
BIOCOMBUSTÍVEIS	682	-	839	-	769	-
DISTRIBUIÇÃO	88.050	18	97.101	21	110.030	21
RECEITA AGREGADA	477.085	100	463.963	100	516.695	100
ELIMINAÇÕES (1)	(193.390)		(181.374)		(195.057)	
CONSOLIDADO	283.695		282.589		321.638	

Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da companhia

R\$ Milhões

Segmento	31/12/2017	%	31/12/2016	%	31/12/2015	%
E&P	22.453	5.517	4.762	(43)	(12.963)	36
ABASTECIMENTO	13.510	3.319	20.594	(184) %	18.034	(50)
G&E	6.113	1.502	2.557	(23)	423	(1)
BIOCOMBUSTÍVEIS	(148)	(36)	(1.055)	9	(966)	3
DISTRIBUIÇÃO	1.663	409	220	(2)	(798)	2
CORPORATIVO	(43.184)	(10.610)	(38.273)	342	(39.912)	110
LUCRO (PREJUÍZO) AGREGADO	407	100	(11.195)	100	(36.182)	100
ELIMINAÇÕES (1)	(853)		(3.629)		1.346	
CONSOLIDADO	(446)		(14.824)		(34.836)	

⁽¹⁾ Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Para mais informações sobre nossas atividades e a representatividade de cada um dos nossos segmentos de negócio, ver os itens 7.1 e 7.2 do Formulário de Referência, em: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

Nossa estratégia

Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 (PNG 2018-2022).

O PNG 2018-2022 tem como foco a segurança e a redução da alavancagem financeira, mantendo como base as duas métricas de topo principais, uma de segurança e outra financeira, conforme já definidas no PNG 2017-20211 e que continuam orientando nossas ações estratégicas:

 A métrica de segurança foi antecipada em dois anos: o limite da Taxa de Acidentados Registráveis por milhão de homens-hora (TAR) foi reduzido de 1,4 para 1,0 em 2018;

de 2,5 em 2018.

A meta de alavancagem financeira foi mantida: Dívida líquida/EBITDA ajustado

A métrica de segurança considera a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), que é uma métrica amplamente utilizada na indústria de petróleo e gás. O limite da TAR para o ano de 2018 foi alterado de 1,4 para 1,0 em função da implantação do Programa Compromisso com a Vida em 2017, que teve 100% das suas ações concluídas, contribuindo para a redução

da TAR em cerca de 50%, ou seja, de 2,15 em 2015 para 1,08 em outubro/2017. Esse programa terá novo ciclo, contendo ações pautadas na segurança dos processos e incorporadas aos princípios e diretrizes abrangem também as dimensões de Meio Ambiente e Saúde.

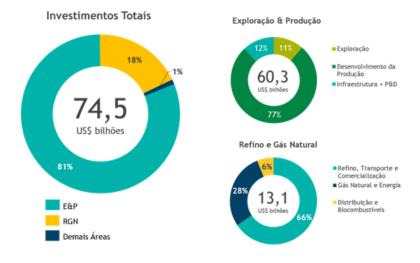
O indicador financeiro continua sendo o Dívida Líquida/EBITDA ajustado, com a meta de 2,5 em dezembro de 2018. O objetivo é que o indicador seja declinante e convergente, até 2022, com a média mundial das principais empresas do setor.

Os principais pilares do Plano são: preços competitivos, eficiência de investimentos (capex), eficiência dos gastos operacionais (opex) e programa de parcerias e desinvestimentos.

As premissas de preço médio do Brent e taxa média de câmbio adotadas para planejamento foram consideradas conforme tabela abaixo:

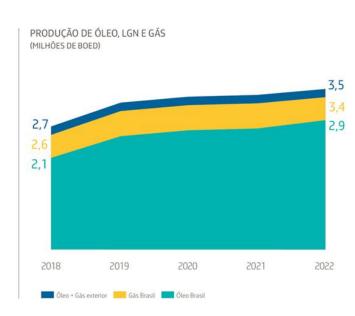
		2018	2019	2020	2021	2022
Brent	US\$/barril	53	58	66	70	73
Câmbio Nominal	R\$/US\$	3,44	3,55	3,62	3,69	3,80

A carteira de investimentos do PNG 2018-2022 mantém o mesmo nível de investimentos em relação ao PNG 2017-2021 e continua priorizando os projetos de exploração e produção de petróleo no Brasil. Nas demais áreas de negócios, os investimentos destinam-se, basicamente, à manutenção das operações e a projetos relacionados ao escoamento da produção de petróleo e gás natural e estão distribuídos conforme os gráficos abaixo.



Curva de produção de óleo, LGN e gás natural

Esperamos alcançar uma produção total de óleo e gás, no Brasil e no exterior, de 3,5 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) em 2022, sendo 2,9 milhões de barris por dia (bpd) de óleo e líquido de gás natural (LGN) no Brasil, já considerando os investimentos, as parcerias e os desinvestimentos.



Gestão de Riscos

Continuamos adotando iniciativas específicas para o aprimoramento da gestão de riscos, incluindo a identificação e o planejamento de ações de mitigação, de modo a permitir resposta tempestiva e adequada, em qualquer cenário.

Dentre os principais riscos identificados, destacam-se:

- Mudanças relevantes nas condições de mercado, como volatilidade de preços de petróleo e gás natural, venda de produtos e margens;
- Grandes acidentes / Integridade de ativos;
- Realização de parcerias e desinvestimentos;
- Atraso na construção de plataformas;
- Processos judiciais e contingências.

Monitoramento Estratégico

Em 2016, o Conselho de Administração (CA) da Petrobras aprovou o Plano Estratégico (PE) da companhia, com destaque para a visão e os cinco princípios fundamentais que definem o que a Petrobras quer ser, e também as 21 estratégias vinculadas a estes princípios.

Visão da Petrobras: "Uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única"; tendo como valores o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; ética e transparência; orientação ao mercado; superação e confiança; e resultados.

Em dezembro de 2017, o CA aprovou os resultados do nosso processo contínuo de monitoramento estratégico, que partir da avaliação a ambiente permanente do de negócios, como da assim implementação do plano,

permitindo que ajustes no direcionamento sejam realizados de forma mais ágil e eficaz.

O processo promoveu ajustes no conjunto de estratégias estabelecidas no PE aprovado em 2016, com incorporação de três novos temas: (1) a transição para uma economia de baixo carbono; (2) a preparação da companhia para capturar oportunidades advindas da transformação digital; e (3) otimização da gestão financeira e de riscos da companhia; resultando em um total de 20 estratégias e 78 iniciativas associadas a estas. Cada iniciativa, por sua vez, possui marcos com acompanhamento sistemático, de forma a garantir disciplina na sua execução.

Os cinco princípios fundamentais da nossa visão são traduzidos nas 20 estratégias apresentadas a seguir:

Integração eficiente:

- Reduzir o risco da Petrobras, agregando valor na atuação em Exploração & Produção (E&P), Refino, Transporte, Logística, Distribuição e Comercialização por meio da gestão ativa de portfólio através de parcerias, aquisições e desinvestimentos.
- Reestruturar os negócios de Energia Elétrica, buscando a alternativa que maximize o valor para a empresa.

Energia, com foco em óleo e gás:

- Gerir o portfólio exploratório visando maximizar a economicidade e garantir a sustentabilidade da produção de óleo e gás.
- Gerir de forma integrada o portfólio de projetos de E&P.
- Otimizar o portfólio de negócios, saindo integralmente das atividades de produção de biocombustíveis, distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), produção de fertilizantes e das participações em petroquímica, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento.
- Maximizar a geração de valor da cadeia de gás como combustível de transição para o longo prazo.

Evolui com a sociedade:

- Fortalecer os controles internos e a governança, assegurando transparência e eficácia do sistema de prevenção e combate a desvios, sem prejuízo da agilidade da tomada de decisão.
- Resgatar a credibilidade e fortalecer a relação e a reputação da Petrobras junto a todos os públicos de interesse, incluindo os órgãos de controle e supervisão da empresa, mantendo um diálogo transparente, respeitoso e proativo.

- Preparar a companhia para um futuro baseado em uma economia de baixo carbono.
- Capturar as oportunidades criadas pela transformação digital, aplicando novas tecnologias aos processos da companhia e/ou gerando novos processos ou novos negócios, com foco na agregação de valor

Empresa determinada a gerar valor:

- Garantir disciplina do uso de capital e retorno aos acionistas em todos os projetos da Petrobras, com alta confiabilidade e previsibilidade na sua entrega.
- Otimizar continuamente a produtividade e os custos de acordo com as melhores práticas internacionais.
- Gerir o processo de contratação de bens e serviços com foco em valor, alinhado a padrões e métricas internacionais, atendendo aos requisitos de conformidade, mantendo flexibilidade em cenários adversos e de volatilidade de demanda e contribuindo para o desenvolvimento da cadeia como um todo.
- Promover gestão da nossa força de trabalho em ambiente de cultura participativa e de confiança mútua orientada para resultados que agreguem valor, com segurança, ética, responsabilidade, estímulo ao debate, meritocracia, simplicidade e conformidade.
- Fortalecer a gestão de reservatórios para maximizar o valor dos contratos de E&P em todos os regimes regulatórios, em busca de oportunidades para contínua incorporação de reservas.
- Promover política de preços de mercado e maximização de margens na cadeia de valor.
- Otimizar a gestão financeira e de riscos da companhia.

Capacidade técnica:

- Garantir constante desenvolvimento de competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento, fortalecendo o desempenho do negócio atual.
- Priorizar o desenvolvimento da produção em águas profundas, atuando prioritariamente em parcerias estratégicas, congregando competências técnicas e tecnológicas.
- Viabilizar a concepção e implantação de projetos com baixo preço de equilíbrio de petróleo, com segurança e atendimento aos requisitos ambientais.

Fontes de financiamento

Para cumprir os investimentos e pagamentos de juros e amortizações projetados para o período de 2018 a 2022, planejamos utilizar como fontes de financiamento nossa geração operacional, parcerias e desinvestimentos.

O Programa de Parcerias e Desinvestimentos é uma parte importante do Plano e sua realização atingiu o valor de US\$ 12,9 bilhões no biênio 2015-2016, já para o biênio 2017-2018 a meta é de US\$ 21 bilhões.

US\$ Bilhões

162,5
21,0

74,5

141,5

25,7
8,1

Usos Fontes

Investimentos Formação de Caixa
Amortizações Parcerias e Desinvestimentos
Despesas Financeiras Geração Operacional Após Dividendos

Em relação aos custos operacionais, continuamos com esforços de redução, prevendo um montante de US\$ 136,8 bilhões de gastos operacionais gerenciáveis no PNG 2018-2022.

Essas iniciativas, associadas a uma geração operacional de caixa estimada em US\$ 141,5 bilhões, após dividendos, permitirão à Petrobras realizar seus investimentos e reduzir seu endividamento, sem necessidade de novas captações líquidas no horizonte do Plano.

Desinvestimentos relevantes

A gestão ativa de nosso portfólio aliada à estratégia de atuar em parceria resulta em importante fonte de recursos para a companhia, por meio do Programa de Parcerias e Desinvestimentos.

O Programa está alinhado ao Plano de Negócios e Gestão e busca otimizar o portfólio de negócios, saindo integralmente das atividades de produção de biocombustíveis, distribuição de GLP, produção de fertilizantes e das petroquímica, participações em preservando competências tecnológicas áreas potencial еm com de desenvolvimento.

Em março de 2017, o Tribunal de Contas

da União (TCU) referendou a nova sistemática de desinvestimentos da companhia e determinou o reinício dos projetos de desinvestimento em andamento, que ainda não tinham sido assinados, para que fosse usada a nova sistemática.

Para mais informações sobre o PNG 2018-2022, ver item 10.8 do Formulário de Referência e apresentação, disponíveis em nosso site, no endereço: http://www.investidorpetrobras.com.br.

Outras informações relevantes

Nossa política de responsabilidade social, aprovada em março de 2017, tem como princípio o respeito aos direitos humanos e o relacionamento, de forma responsável, com comunidades nos locais onde atuamos.

Também publicamos o Sustentabilidade 2017, documento que traz as realizações e perspectivas sobre os temas ambientais e sociais no ano de 2017, objeto de asseguração limitada pela KPMG, de acordo com a norma da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-Standards).

O Relatório está disponível no website: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/relato-integrado/sustentabilidade.

Investimentos Socioambientais

Aplicamos R\$ 60 milhões em 202 projetos socioambientais em 2017. Os projetos, que são patrocinados pela Petrobras por Programa meio do Petrobras Socioambiental, estão atualmente concentrados em seis linhas de atuação: (i) Educação; (ii) Direitos da Criança e do Adolescente: (iii) Agua; (iv) Biodiversidade; (v) Florestas e Clima, e (vi) Esporte (educacional).

Em 2017, reforçamos a governança e conformidade do processo de contratação de patrocínios e convênios e atuamos na renovação da carteira de projetos socioambientais, com expectativa de realização de R\$ 250 milhões até 2020. Esses projetos abrangerão 20 estados brasileiros, beneficiando diretamente mais de 100 mil pessoas.

Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Em 2017, aplicamos R\$ 5,2 bilhões em iniciativas para aperfeiçoar o nosso desempenho em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), atender à legislação específica e contribuir para que as práticas operacionais de nossas unidades sejam seguras, rentáveis e ambientalmente responsáveis.

Avaliamos, sistematicamente, nos projetos de investimento, os principais riscos nas dimensões segurança, meio ambiente e saúde. Os resultados dessas avaliações são acompanhados, periodicamente, pelo Comitê de SMS do Conselho de Administração (CA), constituído por três conselheiros.

Patrocínios

Nossa política patrocínios de estruturada a partir de programas corporativos contínuos que definem as estratégias e as prioridades de atuação da empresa nas áreas cultural, social, ambiental e esportiva. As estratégias e prioridades de atuação em patrocínio cultural e esportivo, que são definidas pela Gerência Executiva de Comunicação e Marcas e aprovadas pela Diretoria Executiva, são públicas e estão disponíveis no site da companhia. Nossos programas de patrocínios, bem como nossas ações de publicidade, visam fortalecer nossa imagem e reputação perante nossos públicos de interesse.

Desenvolvemos os seguintes programas de patrocínio nas esferas cultural e esportiva:

- Programa Petrobras Cultural. Os patrocínios culturais são realizados a projetos brasileiros com valor cultural destacado, inovadores, com alto potencial de retorno e alinhamento à estratégia de marcas da Petrobras. Os projetos patrocinados seguem linhas de atuação com foco em Música, Artes Cênicas e Audiovisual.
- Programa Petrobras Esportivo. Composto por projetos esportivos de abrangência nacional, segundo necessidades institucionais mercadológicas da Petrobras. São definidas duas principais linhas de atuação: Esporte Motor, com apoio ao automobilismo; е **Esporte** Rendimento, que abrange esportes olímpicos e esportes de participação, incluindo a formação de um grupo de atletas patrocinados, denominado Time Petrobras.

As propostas de patrocínio são avaliadas tecnicamente pela Gerência de Relacões Corporativas, Eventos e Patrocínios da Petrobras. Após a autorização Gerência Executiva de Comunicação e Marcas, são iniciados os trâmites de contratação internos, incluindo pareceres ao contrato de patrocínio pelas áreas do Jurídico, Financeira e de Conformidade. Após os valores e entregas finais (contrapartidas) serem definidos por uma Comissão de Negociação, os contratos são encaminhados à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) para aprovação. Se aprovados, retornam à Petrobras, onde seguem os procedimentos de contratação da companhia, baseados no Decreto 2.745, de 1988 e no Manual de Procedimentos Contratuais (MPC), sendo aprovados pelas instâncias corporativas, de acordo com os limites de competência estabelecidos na Tabela de Limites de Competência da Petrobras.

Mensuramos o retorno obtido pelos projetos de patrocínio a partir da avaliação de exposição de marca e espaços de mídia obtidos e a associação das ações com a imagem e reputação da companhia. Além disso, realizamos análise comparativa ao investimento necessário para conseguir publicidade e impacto positivo equivalentes.

O valor realizado em 2017 nas contas de patrocínios foi de R\$ 83.136.633,64 (Cultural: R\$ 53.842.285,51; Esportivo: R\$ 20.578.000,00 e Eventos: R\$ 8.716.348,13).

Publicidade

Nossas ações de publicidade institucional e mercadológica são:

 planejadas estratégica e taticamente em ciclos anuais, de forma alinhada com o Plano de Comunicação, Marcas e Relacionamento (PCMR), este que, por sua vez, é desdobrado do Plano Estratégico e do Plano de Negócios da companhia (PNG 2018-2022);

- desenvolvidas em total alinhamento com os elementos definidores do posicionamento da marca Petrobras;
- realizadas de acordo com os nossos interesses, em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que a empresa está inserida: do mercado como um todo e, em especial, da indústria petrolífera e de energia; do contexto geopolítico nacional global; de oportunidades ou situações emergenciais; da necessidade de público amplificar tornar e da posicionamento marca: da necessidade de comunicar atitudes e medidas da corporação; dos objetivos e metas do nosso negócio; e
- realizadas sempre respeitando e prezando a diversidade étnica. geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater gualguer forma de discriminação, desrespeito ou constrangedora, situação em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.

Conforme rege o Decreto nº 4.799/2003, em seu Art. 9°, e a Lei 12.232, em seu Art. 4°, os serviços de publicidade devem ser contratados por meio de agências de propaganda. Assim, o planeiamento e a execução das nossas ações publicitárias realizados por agências propaganda licitadas, que seguem critérios técnicos e níveis de qualidade estabelecidos pela companhia, cobrados por meio de fiscalização periódica e alinhados à Instrução Normativa nº 7 da SECOM, de 19 de dezembro de 2014, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

Os dois contratos atuais com agências de publicidade foram resultado de concorrências públicas e seguiram os procedimentos de contratação da Petrobras, segundo o Decreto 2.745, de 1988 e o Manual Petrobras para Contratações (MPC); de forma e,

complementar, as Leis nos 4.680/1965, 8.666/1993 e 12.232/2010. As contratações foram apreciadas pelos Comitês Estatutários e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração Petrobras. da pareceres prévios e posteriores das áreas da Conformidade e do Jurídico. A concorrência também foi submetida à apreciação prévia e posterior da SECOM, conforme determina Instrucão Normativa nº 4, de 21 de dezembro de 2010. Tais contratos têm por obieto a execução de serviços de publicidade.

As ações de publicidade são aprovadas e autorizadas pela Gerência de Marcas, Publicidade e Mídia, pela Gerência Executiva de Comunicação e Marcas e Presidência da Petrobras. pela autorização dos gastos ocorre de acordo com a Tabela de Limites de Competência vigente. Α producão das pecas publicitárias e a reserva dos espacos de mídia devem ser levadas ao conhecimento prévio da SECOM, conforme rege a Secão V da Instrução Normativa Nº 7.

As despesas com contratos da Petrobras estão listadas em nosso Portal da Transparência, bem como os investimentos em publicidade dos últimos anos. Nossos gastos com publicidade não estão descritos nas demonstrações financeiras. Em 2017, o gasto com publicidade veiculada pela Petrobras foi de cerca de R\$ 173,3 milhões.

Parcerias e Convênios

As atividades Pesquisa em Desenvolvimento (P&D) são coordenadas pelo Centro de Pesquisas Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Em 2017, atuamos em parceria com mais de 200 universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, nacionais e com investimento aproximado de R\$ 553 milhões.

As atividades de fomento à formação de recursos humanos para o setor de óleo, gás, energia e biocombustíveis se dão por meio do Programa Ciência Sem Fronteiras (PCSF) e do Programa de Formação de Recursos Humanos (PFRH). O PFRH investiu, no exercício 2017, de aproximadamente R\$ 5,3 milhões em convênios de nível superior, firmados entre a empresa e universidades federais, e cerca de R\$ 1.3 milhão em convênios de nível médio-técnico, celebrados com Institutos **Federais** de Educação. Atualmente, há 21 convênios ativos, em 11 instituições de ensino, distribuídas em oito estados do Brasil.

Em relação ao Protocolo de Cooperação Ciência sem Fronteiras (PCSF), no qual são signatários a Petrobras, a CAPES e o CNPq, foi celebrado um segundo aditivo, em 20/12/2017, a fim de conceder até 214 bolsas de Doutorado Sanduíche e Doutorado Pleno, no exterior, viabilizando a produção científica nas linhas de interesse da companhia. Para esse Programa, provisionou-se cerca de R\$ 123 milhões, em 2017.

As informações das instituições enquadradas no PFRH, bem como o valor das bolsas vigentes e dados gerais sobre o PCSF, podem ser encontrados no Portal da Petrobras, em "Quem somos", acessar "Carreiras" e "Oportunidades de Qualificação". Informações específicas para o Programa Ciência Sem Fronteiras encontram-se na página do CNPq na Internet, na sessão de "Bolsas e Auxílios".

Cabe mencionar que existem 65 convênios vigentes referentes à reivindicação dos sindicatos no ACT 2017, §1°, cláusula 25ª, os quais não estabelecem relação financeira com as instituições de ensino.

Para mais informações sobre publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, ver itens 7.8 e 10.9 do Formulário de Referência da Petrobras, disponível em: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

3. Nosso compromisso público

A Petrobras é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, posteriormente revogada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja maioria do seu capital votante pertence ao governo federal brasileiro.

A constituição de sociedade de economia mista é a forma de intervenção direta do estado na atividade econômica, somente admitida quando necessária aos imperativos da seguranca nacional ou a relevante interesse coletivo, na forma do artigo 173 da Constituição da República. Para tanto, conforme previsto no artigo 238 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, poderemos ter nossas atividades orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a nossa criação, ou seja, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1°, inciso V, da Lei nº 9.478, de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da Petrobras e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco nossa rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, na forma do artigo 8°, \$2°, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato convênio, observada a publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Fm linha com estes normativos, realizamos ajustes em nosso Estatuto Social para indicar, de forma clara, o relevante interesse coletivo justificou a nossa criação, bem como para formalizar os requisitos para que seu atendimento se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Neste caso, conforme expresso documento aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 15 de dezembro de 2017, caberá à União compensação, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o operacional resultado ou retorno econômico da obrigação assumida, a saber:

"Art. 3°- A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a producão, distribuição transporte, comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

\$1°- As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997 e da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002.

§2°- A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

§3°- A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no art. 1°, inciso V, da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997.

\$4°- No exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima, a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades. incluindo a realização de projetos de investimento assunção е custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

- I estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e
- II tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.
- \$5°- Na hipótese dos \$\$3° e 4° acima, o Comitê Financeiro e o Comitê Minoritários, em suas atribuições de Conselho assessoramento ao de Administração, avaliarão e mensurarão, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.
- §6°- Quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a Companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidades:
- I que respeitem as condições de mercado definidas conforme \$5° acima; ou
- II que se adequem ao disposto nos incisos I e II do \$4° acima, observados os

critérios de que trata o \$5° acima, sendo que, nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a Companhia pela diferença entre as condições de mercado definidas conforme o \$5° acima e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

§7°- O exercício da prerrogativa de que trata o §3° acima será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016".

Ao considerar o cenário da indústria mundial de energia, a preocupação com a segurança e o bem-estar da força de trabalho da Petrobras, bem como a preservação de sua sustentabilidade financeira, a atual administração definiu como objetivos fundamentais do Plano de Negócios е Gestão 2018-2022 manutenção dos indicadores de segurança da companhia e, simultaneamente, a redução do seu endividamento, buscar um indice maneira a alavancagem mais saudável para o desenvolvimento de suas atividades.

Por outro lado, cientes dos requisitos legais e parâmetros objetivos previstos na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016, que determinam a explicitação dos compromissos realizados para a consecução de objetivos de políticas públicas, bem como dos recursos e dos impactos financeiros advindos, visando à divulgação de informações completas e consistentes, descrevemos a seguir as obrigações ou compromissos assumidos antes de 15 de dezembro de 2017.

A) CONPET - Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural

O programa, instituído por meio do Decreto de 18 de julho de 1991, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações

das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos.

Participamos também do Programa Brasileiro de Etiquetagem, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos a gás e veículos mais Este eficientes. programa busca consumo incentivar 0 consciente. informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis e de aparelhos que utilizam gás. O Selo Conpet de Eficiência Energética destaca os veículos e aparelhos que apresentam rendimento melhor e, consequentemente, menor emissão de CO2.

Dentro do Projeto Transportar, as refinarias Duque de Caxias (Reduc) e Gabriel Passos (Regap), em parceria com o Conpet, verificam o estado de manutenção e a opacidade da fumaça emitida pelo escapamento dos caminhões. Esta ação contribui para a preservação do meio ambiente e para a educação ambiental dos condutores.

O valor aplicado no Conpet no ano de 2017 foi de R\$ 525 mil. O orcamento previsto para 2018 é de R\$ 760 mil, custeado pelo orçamento da companhia. A Petrobras possui um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provê e administrativo ao apoio técnico programa, por intermédio de órgão de sua estrutura administrativa. Os profissionais envolvidos nestas atividades não possuem dedicação exclusiva aos referidos programas.

B) PPT - Programa Prioritário de Termeletricidade

O programa, instituído pelo Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000, visa à implantação de usinas termelétricas.

Estas usinas, integrantes do Programa Prioritário de Termeletricidade, fazem jus a suprimento de gás natural por um prazo de até 20 anos, com preço préestabelecido e reajustado pela inflação americana.

O suprimento de gás para o PPT em 2017 gerou receitas de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão e custos de R\$ 2,3 bilhões, resultado este custeado pelo orçamento da companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia possuía três usinas integrantes deste programa, das quais, uma teve seu contrato resilido em 2018.

As informações sobre interesse público e política de preços estão descritas no item 7.1.a do Formulário de Referência: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

4. Nossa política de preços

Diesel e gasolina

Em junho de 2017, revisamos a política de preços de diesel e gasolina comercializados em nossas refinarias, anunciada em outubro de 2016, visando a aumentar a frequência de ajustes nos preços.

Passamos a realizar ajustes nos preços, a momento, diariamente, desde que os reajustes acumulados por produto estejam, na média Brasil, dentro de uma faixa determinada (-7% a +7%), respeitando a estabelecida pelo margem Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP), comitê composto pelo presidente da empresa, pelo diretor de Refino e Gás Natural e pelo diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores. Além disso, qualquer alteração fora dessa faixa deve ser autorizada pelo GEMP.

A revisão da política permite maior aderência dos preços do mercado doméstico ao mercado internacional no curto prazo e possibilita à companhia competir de maneira mais ágil e eficiente.

Os princípios da política de preços, aprovada em outubro de 2016, permanecem inalterados, levando em paridade consideração preço de 0 internacional (PPI), margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado.

Em 2017, anunciamos ajustes de preços de venda na refinaria, totalizando aumentos de 7,7% para a gasolina e de 11,2% para o diesel em comparação aos precos de 31 de dezembro de 2016.

Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

Em junho de 2017, aprovamos uma política de preços para o Gás Liquefeito de Petróleo comercializado nas refinarias e destinado ao uso residencial em botijões de até 13 kg (GLP P13). Esta política previa reajustes mensais calculados pela média das cotações do butano e do propano no mercado europeu no mês anterior, acrescido de margem de 5%.

Em janeiro de 2018, a Diretoria Executiva aprovou uma revisão da política de preços de GLP P13, com o objetivo de suavizar os repasses da volatilidade dos precos ocorridos no mercado internacional para o preço doméstico. Desta forma, os reajustes passaram a ser praticados trimestralmente, com base na média das cotações do butano e do propano no mercado europeu apuradas em períodos crescentes, que chegarão a 12 meses a 4° trimestre partir do de 2018. Permaneceu vigente o acréscimo da margem de 5%. Adicionalmente, foi instituído um mecanismo de compensação permitirá comparar os preços aue praticados segundo esta nova política e os preços que seriam praticados de acordo com a política anterior. As diferenças acumuladas em um ano, ajustadas pela taxa Selic, serão compensadas por meio de uma parcela fixa acrescida ou deduzida aos preços praticados no ano seguinte.

5. Nossa estrutura de controles internos

Possuímos em nossa estrutura uma Diretoria Executiva de Governança e Conformidade (DGC), que é responsável pelos processos de *compliance* e controles internos, reportando periodicamente tais atividades ao Comitê de Auditoria Estatutário, colegiado vinculado ao Conselho de Administração.

Cabe à Diretoria Adjunta de Governança e Conformidade, vinculada à DGC, coordenar as ações de controles internos, governança corporativa e societária, além de prevenção e investigação em temas de fraude e corrupção.

A Gerência Executiva de Conformidade é responsável por conduzir, anualmente, o processo de certificação de controles Petrobras, internos na atendendo inclusive à Lei Sarbanes Oxley (SOx), dos Estados Unidos, utilizando metodologia de avaliação de riscos, baseada nos critérios estabelecidos no *Internal* Control - Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), que contempla a materialidade e revisão de específicos, de fluxos de processos, controles e sistemas chaves, bem como a revisão da autoavaliação de controles (control self-assessment) realizada pelos gestores da companhia.

A Auditoria Interna, órgão vinculado ao Conselho de Administração, é responsável pela avaliação da efetividade dos controles internos (em nível de entidade, operacionais, financeiros e de tecnologia da informação), reportando os resultados ao Comitê de Auditoria Estatutário, incluindo a conformidade com as políticas, normas e procedimentos para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes e/ou perdas no negócio.

O estabelecimento e a manutenção dos controles internos da companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, sob responsabilidade do presidente e do diretor executivo Financeiro e Relacionamento com Investidores, supervisionado pelo diretor executivo de Governanca e Conformidade e pelo Comitê de Auditoria Estatutário, vinculado ao Conselho de Administração.

administração da companhia responsável pelo estabelecimento manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, operacionais, financeiros e de tecnologia da informação referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer seguranca razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A administração, baseada nos critérios estabelecidos no Internal Control Integrated Framework (2013) emitido Committee of Sponsoring pelo **Organizations** of the Treadway Commission (COSO), realiza revisão de sua materialidade e riscos específicos, bem como do mapeamento de processos, sistemas e controles chave. Os controles internos são autoavaliados anualmente pelos gestores da companhia (control self-assessment), revisados quanto à adequação do desenho, pela área de Controles Internos, e testados quanto à sua eficácia operacional por nossos auditores internos.

A administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre nossos relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2017. Com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências de controle interno da Norma Brasileira de Contabilidade 265, a administração concluiu que os controles internos sobre relatórios financeiros foram efetivos em 31 de dezembro de 2017.

Durante a avaliação dos controles internos sobre relatórios financeiros, a administração identificou deficiências significativas que, no entanto, não relatórios impactos geraram nos financeiros. Ao longo de 2017. a administração implementou esforços e remediou com sucesso deficiências significativas apontadas em 2016, conforme descritos no item 5.3 -Descrição dos controles internos, do Formulário de Referência, disponível em nosso website.

Os auditores independentes avaliaram a adequação e a efetividade do nosso sistema de controle interno sobre o processo de preparação e divulgação de relatórios financeiros. No relatório dos auditores independentes não foram apontadas deficiências significativas. Ainda assim, foram definidos planos de remediação considerados adequados pela administração. que acompanha implementação.

Temos continuamente adotado medidas corretivas em relação aos nossos valores éticos, de gestão e de controles internos, e temos empreendido medidas para fortalecer a comunicação das ações tomadas pela alta administração nesta seara. Tais ações envolveram nossa força de trabalho em todas as áreas de atuação da companhia e foram acompanhadas pelo diretor adjunto de Governança e Conformidade e pelo Comitê de Auditoria Estatutário, colegiado vinculado ao Conselho de Administração.

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

Nosso programa de compliance, denominado Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), aprovado pela Diretoria Executiva, representa o conjunto de medidas desenvolvidas e implementadas de forma integrada, com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. O programa destina-se aos diversos públicos de interesse da companhia, incluindo: alta administração, força de trabalho. clientes. fornecedores. investidores, parceiros, poder público e todos àqueles que se relacionam e/ou representam os interesses da Petrobras em suas relações de negócios.

Além de treinamentos à distância para todos os empregados sobre prevenção à corrupção (mais de 59.000 participações em 2017), cursos presenciais sobre o Programa de Compliance são oferecidos para empregados que exercem atividades com maior exposição a riscos compliance, tais como empregados envolvidos em processos de contratação de bens e serviços e gestores da totalizando companhia. 218 e empregados em 2017, respectivamente.

Código de Ética e Guia de Conduta

Possuímos políticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, a exemplo do Código de Ética e Guia de Conduta do Sistema Petrobras. Esses documentos se aplicam aos membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais, das Diretorias Executivas, os ocupantes de funções gerenciais, os empregados, os estagiários e os prestadores de serviços do constituindo Sistema Petrobras, compromisso individual e coletivo de todos e de cada um deles cumpri-lo e promover seu cumprimento, em todas as acões da cadeia produtiva do Sistema Petrobras e nas suas relações com todas as partes interessadas.

O Sistema Petrobras faz expressa referência aos documentos de ética quando das contratações das empresas prestadoras de serviços, requerendo destas o cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta pelos seus empregados.

Além de treinamentos à distância para todos os empregados e terceirizados, incluindo OS membros da administração, sobre o Código de Ética e Guia de Conduta, treinamento presencial sobre esses documentos e a gestão da ética na companhia são oferecidos novos empregados para gestores da companhia. Em dezembro de 2017, atingimos cerca de 96% do nosso efetivo com o treinamento sobre o Código de Ética e Guia de Conduta do Sistema Petrobras. Em relação administração, também são realizados treinamentos presenciais contemplam temas como o papel da alta administração na gestão da ética na companhia e conflito de interesses. Em 2017, foi realizado treinamento sobre gestão de ética para os membros do Conselho de Administração, com a participação de integrantes da Diretoria Executiva.

Está prevista a aplicação de sanções disciplinares (advertência, suspensão e rescisão do contrato de trabalho) àqueles que descumprem os documentos citados, de acordo com a norma Regime Disciplinar de Empregados e Sistema de Consequências da Alta Administração e Conselho Fiscal.

Canal de Denúncia Petrobras

Oferecemos aos nossos públicos interno e externo um canal exclusivo para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas, nos 365 dias do ano. O serviço é operado por empresa independente e especializada, assegurando o encaminhamento de todas as denúncias recebidas, e pode ser acessado pela internet ou pelo telefone, garantindo o anonimato dos denunciantes que optem por não se identificar.

Em 2017, recebemos 2.423 denúncias, das quais 477 eram identificadas (20%) e 1.946 anônimas (80%). Entre as identificadas, 282 vieram do público interno (59% do total) e 155 do público externo (33%). Nas outras 40 denúncias (8%), não foi possível determinar o público, ainda que houvesse identificação do denunciante.

O teor de cada denúncia determina a área da companhia responsável pela sua apuração. Isso possibilita ter rapidamente noção das denúncias mais importantes e que podem causar maior impacto nos negócios da empresa, caso o relato seja procedente. Só então elas são encaminhadas para uma área criada especialmente para essa finalidade, a APD - Apuração de Denúncias. As denúncias classificadas no maior nível de risco recebem um monitoramento específico e recebem destaque nos reportes à alta administração.

Em 2017, foram revistos os processos de tratamento e monitoramento das denúncias de fraude e corrupção protocoladas e encaminhadas pelo Canal Denúncia terceirizado para posterior apuração interna.

No plano de reporte, a Ouvidoria-Geral apresenta o seu relatório, trimestralmente, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e aos Conselhos Fiscal e de Administração, contemplando questões quantitativas (estatísticas e números comparativos) e qualitativas (destaques e pontos de atenção), buscando sobretudo fornecer subsídios para o aprimoramento da gestão.

Para mais informações sobre nossos controles internos, treinamentos de empregados e denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta, ver itens 5.1, 5.3, 5.4, 12.2, 12.3 e 12.12 do Formulário de Referência, em: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

6. Nossa gestão de riscos

Com a reestruturação organizacional aprovada em 2016 pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, diversos aprimoramentos da governança da Petrobras que contribuíram para o fortalecimento da gestão corporativa de riscos foram implementados. Um deles foi a centralização das equipes de gestão de risco em uma única unidade organizacional, reforçando a necessária segregação de funções entre tomadores de riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento. Atualmente, a estrutura de riscos está vinculada ao Diretor Executivo de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão (DEORG). Ainda em 2016, a Diretoria Executiva estruturou o Comitê Executivo de Riscos, com a finalidade de assessorá-la na análise das matérias específicas de gestão de riscos ou, eventualmente, de deliberar sobre assuntos específicos com delegação prévia da Diretoria Executiva.

Em 22 de novembro de 2017, o Conselho de Administração revisou a Política de Gestão de Riscos Empresariais. Com a finalidade de estabelecer os princípios e as diretrizes que nortearão a Petrobras na gestão dos riscos empresariais, a política apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez associa a tradicional visão que econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio das informações e empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e corrupção (conformidade legal), dentre outros riscos.

Entendemos que os riscos devem ser considerados em todas as decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance.

Nossa gestão de riscos considera diversas categorias de riscos em cinco agrupamentos:

- Riscos Estratégicos e Riscos de Negócios: nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com o Plano Estratégico da Petrobras, os riscos são considerados em todas as decisões estratégicas da companhia e a gestão é sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos, e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

Pela própria peculiaridade do mercado em que atuamos, estamos naturalmente a uma série de estratégicos e de negócios, gerenciáveis e não gerenciáveis, tais como os riscos associados à oscilação de preços de nossos produtos no mercado internacional, riscos geológicos, alterações nos padrões de consumo da sociedade, atuação de desempenho de concorrentes, fornecedores, mudanças regulatórias ou tributárias, evolução macroeconômica e da indústria, entre outros. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão de carteira, que preza pela economicidade na seleção dos projetos, pela diversificação das linhas de negócios e pelo estrito cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos. Além disso, continuamente, monitoramos a evolução do cenário externo e a atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse.

- Riscos Financeiros: a gestão dos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação. Gerenciamos ativamente nossos riscos financeiros considerando nossos diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de

endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos recebimentos para mitigar a exposição aos riscos de preços de commodities, moedas e juros. A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento destes riscos. Informações detalhadas respeito mais a gerenciamento de riscos financeiros são apresentadas no item 5.2 - Riscos de mercado, do Formulário de Referência.

- Riscos de Conformidade: a gestão de riscos insere-se no nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde exercemos nossa atividade. Os riscos conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação dos nossos Código de Ética, Guia de Conduta e Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e outros instrumentos de prevenção.

Para mais informações sobre as principais ações preventivas e mitigatórias dos riscos de conformidade, consultar o item 5.4 - Gerenciamento de riscos e controles internos - Programa de Integridade, do Formulário de Referência.

- Riscos Operacionais: entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inserimos a meta compartilhada de segurança no sistema de avaliação de desempenho de todos gestores da empresa, incluindo o presidente e os diretores executivos.

Acreditamos também que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. Isto naturalmente nos leva a priorizar a segurança e a confiabilidade de nossos processos e das nossas instalações, como forma de proteger as pessoas e o meio ambiente. A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas nossas instalações,

além de um contínuo esforço de treinamento da força de trabalho da companhia para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Adotamos em nossa estrutura organizacional o modelo de "três linhas de defesa" para o fortalecimento do sistema de controle dos riscos, permitindo a padronização do nosso gerenciamento de riscos. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto na estrutura de governança, que pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, titulares da estrutura geral e todos empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

Assim, nossa estrutura organizacional apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:

Conselho de Administração (7 a 11 membros titulares, reuniões mensais, pautas com temáticas diversas): aprovar o apetite a risco da Petrobras (definido como a quantidade total de riscos que a empresa está disposta a assumir na busca de sua missão ou visão) e acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos.

Comitê de Auditoria Estatutário (3 a 5 membros titulares, reuniões mensais, pautas com temáticas diversas): assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos.

<u>Diretoria Executiva (8 membros titulares, reuniões semanais, pautas com temáticas diversas)</u>: propor ao Conselho de Administração a aprovação do apetite a risco da Petrobras, aprovar diretamente a tolerância aos riscos empresariais e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das nossas estratégias.

Comitê Executivo de Riscos (9 membros titulares, reuniões trimestrais, apenas pautas relacionadas ao gerenciamento de riscos): monitorar as ações de tratamento e contingência dos riscos empresariais, analisar e emitir recomendações sobre as políticas e processos de gestão de riscos, as métricas de acompanhamento e limites de exposição a riscos, bem como encaminhar à Diretoria Executiva tema de gerenciamento de riscos que julgar relevante dar conhecimento.

Dentre as diversas iniciativas de aprimoramento de nossa governança, privilegiamos a discussão e a deliberação colegiada, logo, não há nessas estruturas membros acima com atribuições específicas perante cada órgão, com exceção dos respectivos presidentes ou coordenadores, que devem observar questões administrativas, tais como o diligenciamento para o andamento regular das reuniões, convocação dos demais membros para manifestarem-se sobre os temas tratados, organização das votações e declaração dos resultados.

o Comitê de Em 2017, Auditoria Estatutário monitorou os resultados dos desdobramentos da Política de Gestão de Riscos Empresariais, solicitando ações específicas de aprimoramento da gestão de riscos, dentre os quais destacam-se os riscos de fraude e corrupção com vistas à do Management Override mitigação (anulação dos controles administração). Realizou também O acompanhamento dos planos de remediação, que culminaram com a completa eliminação das deficiências significativas de controles internos relacionadas à confiabilidade dos relatórios financeiros.

Outras informações sobre nossa estrutura de gerenciamento de riscos estão nos itens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 do Formulário de Referência da Petrobras, disponível em nosso website, no endereço eletrônico: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

7. Nossos fatores de risco

Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais classifica os riscos aos quais a companhia está exposta em agrupamentos: Financeiro. Conformidade, Estratégico, Negócios e Operacional. Além disso e pelos fatos recentes ocorridos no país. criamos a secão específica dos Riscos Relativos ao Brasil e à sua relação com o governo federal brasileiro. Desse fatores de modo, OS riscos apresentados seção nesta estão seccionados pela sua natureza em conformidade com a referida política.

a) Fatores de riscos relacionados às nossas operações:

- a.1) Estamos expostos a riscos de saúde, meio ambiente e segurança em nossas operações que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.
- a.2) Contamos com fornecedores e prestadores de serviços para nos suprir com peças, componentes, serviços e recursos críticos de que precisamos para operar nossos negócios e concluir nossos grandes projetos, os quais podem ser afetados adversamente por qualquer falha ou atraso por parte de terceiros no cumprimento de suas obrigações ou qualquer deterioração da condição financeira de tais empresas.
- a.3) A Petrobras não possui seguro contra interrupção de negócios nas operações no Brasil e a maioria dos ativos não está segurada contra guerra ou sabotagem.
- paralisações a.4) Greves е dos empregados da companhia de empregados de seus fornecedores, empresas contratadas e demais setores, bem como falta de pessoal especializado, podem afetar adversamente os resultados operacionais e o negócio da companhia.
- a.5) A mobilização e desmobilização dos nossos empregados em função do

programa de desinvestimento podem afetar adversamente o resultado de nossos negócios e operações.

a.6) Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, segurança da informação (cybersecurity) e sistemas e serviços de telecomunicações podem impactar adversamente nossas operações e reputação.

b) Fatores de riscos relacionados às nossas finanças:

- b.1) Temos passivos substanciais e que podem ser expostos a restrições de liquidez significativas no curto e médio prazos, o que poderia afetar materialmente e adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.
- b.2) Aumento no valor da dívida em função da desvalorização do real em relação ao dólar e do aumento da taxa de juros.
- b.3) As obrigações do plano de pensão (Petros) e assistência médica (AMS) podem ser maiores do que foi inicialmente previsto.
- b.4) Estamos expostos a riscos de crédito de alguns de nossos clientes e riscos associados à inadimplência. Qualquer falta de pagamento relevante ou descumprimento por alguns de nossos clientes poderiam afetar adversamente nosso fluxo de caixa, resultados operacionais e condição financeira.

c) Fatores de riscos relacionados à conformidade e a aspectos legais e regulatórios nos nossos negócios:

- c.1) Estamos expostos a comportamentos incompatíveis com nossa ética e padrões de conformidade. A falha em detectar, em tempo hábil, ou corrigir tal comportamento pode ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.
- c.2) No passado, a administração da companhia identificou deficiências significativas nos controles internos sobre

relatórios financeiros. Embora a administração da companhia concluído que os controles internos sobre relatórios financeiros foram efetivos em 31 de dezembro de 2017, estamos sujeitos ao risco de que os controles possam se tornar inadequados, devido a mudanças nas condições, ou de que o grau de conformidade com nossas políticas e procedimentos possa se deteriorar, o que pode gerar um impacto adverso sobre os negócios e operações e gerar reações negativas no mercado.

- c.3) As investigações em curso da SEC e do Departamento de Justiça dos EUA sobre a possibilidade de não conformidade com a Lei Sobre a Prática de Corrupção no Exterior (Foreign Corrupt Practices Act) dos EUA poderiam nos afetar adversamente. As violações dessa lei ou de outras leis podem nos obrigar a pagar multas e expor a companhia e nossos empregados a sanções penais e ações cíveis.
- c.4) Nossa metodologia para estimar os gastos adicionais capitalizados indevidamente, descobertos no âmbito da operação Lava Jato, envolve algum grau de incerteza. Se, no futuro, alguma informação relevante adicional vier à tona indicando que a nossa estimativa de gastos adicionais capitalizados parece, retrospecto, materialmente em subestimadas ou superestimadas, isso poderia exigir uma reapresentação de demonstrações contábeis. nossas podendo ter um efeito material adverso em nossos resultados operacionais e condições financeiras e podendo afetar o valor de mercado de nossos valores mobiliários.
- c.5) Podemos sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes.
- c.6) Podemos enfrentar processos civis adicionais relacionados com a Operação Lava Jato.
- c.7) Interpretações divergentes e/ou mudanças na interpretação da legislação tributária, bem como mudanças na própria lei tributária por meio da criação

- ou majoração de tributos, podem representar um efeito adverso sobre a condição financeira da companhia e sobre os resultados de nossas operações.
- c.8) Diferenças de interpretações e novas exigências das agências reguladoras em nosso setor, incluindo a aplicação de regras de conteúdo local e cálculo para pagamento de participação especial e royalties, podem resultar na necessidade de aumento de investimentos, despesas e custos operacionais ou ainda provocar atrasos na produção
- c.9) Estamos sujeitos à concessão de novas licenças e permissões ambientais ou sanções, que podem resultar em atrasos na entrega de alguns de nossos projetos e dificuldades para alcançar nossos objetivos de produção de petróleo e gás natural.
- c.10) O Contrato de Cessão Onerosa assinado entre a Petrobras e a União Federal (Contrato de Cessão Onerosa) é uma transação com parte relacionada sujeita a reajuste futuro de preço.
- c.11) Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.
- c.12) Interpretações divergentes e/ou o surgimento de regulamentos e exigências ambientais, de saúde e de segurança cada vez mais rigorosos podem impactar negativamente nosso resultado operacional e condição financeira no futuro.
- c.13) Podemos ser obrigados pela justiça a garantir o fornecimento de produtos ou serviços para contrapartes inadimplentes.

d) Fatores de riscos relacionados à nossa estratégia:

- d.1) Os desinvestimentos e parcerias planejados no Plano de Negócios e Gestão (PNG 2018-2022) possuem riscos que podem inviabilizar sua execução conforme planejado.
- d.2) As parcerias existentes podem não desempenhar como esperado, impactando negativamente os nossos resultados.

- d.3) A escolha e o desenvolvimento dos projetos de investimento da Petrobras possuem riscos que podem afetar o retorno econômico-financeiro originalmente previsto.
- d.4) A mobilização e a desmobilização dos empreendimentos da Petrobras podem afetar as expectativas e a dinâmica das comunidades onde ela atua, impactando os negócios e a reputação da companhia.
- d.5) A atuação de empresas que licenciaram as marcas pertencentes à Petrobras pode impactar negativamente nossa imagem.
- d.6) Possuímos ativos e investimentos em outros países onde a situação política, econômica e social pode impactar negativamente os nossos negócios.
- d.7) A capacidade de desenvolver, nos adaptar e ter acesso a novas tecnologias e aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital é fundamental para a nossa competitividade.
- d.8) Mudanças climáticas podem impactar o nosso resultado operacional e a nossa estratégia.
- e) Fatores de riscos relacionados aos nossos negócios:
- e.1) Estamos expostos a flutuações nos preços do petróleo, gás natural e derivados.
- e.2) Flutuações de mercado, relacionadas à instabilidade política, atos de terrorismo, conflitos armados e guerras em várias regiões do mundo, podem ter um efeito material adverso em nossos negócios.
- e.3) Desenvolvimentos da indústria de petróleo e gás e outros fatores resultaram, e poderão resultar, em substanciais reduções do valor contábil de alguns de nossos ativos, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

- e.4) Manter os objetivos da produção de petróleo no longo prazo depende da nossa capacidade de desenvolver com êxito as nossas reservas.
- e.5) Nossas estimativas de reservas de petróleo e gás natural envolvem algum grau de incerteza, o que poderia afetar adversamente a nossa capacidade de gerar receita.
- e.6) A Petrobras não é proprietária das acumulações de petróleo e gás natural no subsolo do Brasil.
- f) Fatores de riscos relacionados ao Brasil e à nossa relação com o governo federal brasileiro:
- f.1) A União Federal, como nosso acionista controlador, pode buscar objetivos distintos dos nossos acionistas minoritários, o que pode impactar os nossos objetivos econômicos e empresariais.
- f.2) O nosso orçamento de investimento está sujeito à aprovação pelo governo federal brasileiro. A não aprovação de nossos investimentos previstos pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.
- f.3) Fragilidade no desempenho da economia brasileira, instabilidade no ambiente político e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado de nossas operações e o nosso desempenho financeiro.
- f.4) Investigações relativas à corrupção política de membros do governo brasileiro podem gerar instabilidade econômica e política.
- A descrição completa dos nossos fatores de risco encontra-se no item 4.1 do Formulário de Referência, disponível em nosso website, no endereço eletrônico: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

8. Nossos principais resultados

Principais resultados nos exercícios 2017 X 2016, comentados por nossos diretores executivos. As informações contábeis consolidadas auditadas pelos auditores independentes, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), aqui apresentadas, estão disponíveis em nosso website, no Relatório ao Mercado Financeiro (RMF) 2017 e nos itens 3, 7 e 10 do Formulário de Referência, em: http://www.investidorpetrobras.com.br.

Resultado

A Petrobras apresentou prejuízo de R\$ 446 milhões em 2017, determinado por:

- Acordo para encerramento da Class Action, nos EUA, no valor de R\$ 11.198 milhões; e
- Adesão aos programas de regularização de débitos federais, totalizando R\$ 10.433 milhões.

Em comparação a 2016, houve melhora no lucro operacional devido aos seguintes fatores:

- Maiores exportações líquidas de petróleo, a preços mais elevados;
- Menores gastos com pessoal;
- Menores gastos com baixas de poços secos e ociosidade de equipamentos;
- Ganho com a venda da NTS no 2T-2017; e
- Menores impairment e depreciação de ativos.

Excluindo o acordo da *Class Action*, a companhia apresentaria lucro líquido de R\$ 7.089 milhões.

O Fluxo de Caixa Livre* permaneceu positivo pelo décimo primeiro trimestre consecutivo, atingindo R\$ 44.064 milhões em 2017, 6% superior ao ano anterior. Esse resultado reflete a redução dos investimentos.

Métrica - Dívida líquida / EBITDA Ajustado

0 endividamento líquido* atingiu R\$ 280.752 milhões ou US\$ 84.871 milhões, representando uma reducão de 11% e 12%, respectivamente, em relação a 2016. Além disso, a gestão da dívida possibilitou o aumento do prazo médio de 7,46 anos para 8.62 simultaneamente à redução da taxa média de 6,2% a.a. para 6,1% a.a.

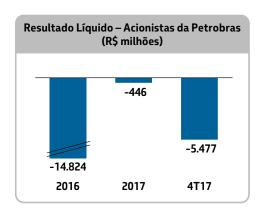
Já o EBITDA Ajustado* reduziu 14% em 2017, para R\$ 76.557 milhões e a margem do EBITDA Ajustado* foi de 27%, por conta dos fatores anteriormente citados (*Class Action* e programas de regularização de débitos federais). Com isso o índice dívida líquida sobre EBITDA Ajustado* aumentou para 3,67 em dezembro de 2017, após ter atingido 3,16 em final de setembro. Já a alavancagem* reduziu de 55% para 51%, no ano.

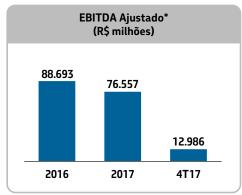
Excluindo-se o acordo da *Class Action*, a companhia apresentaria EBITDA Ajustado de R\$ 87.755 milhões e o índice dívida líquida/ EBITDA Ajustado de 3,20.

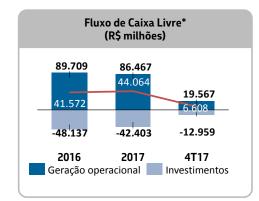
Destaques operacionais

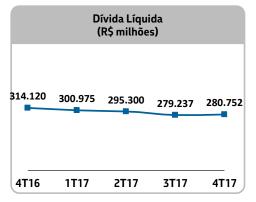
Nossa produção total de petróleo e gás natural em 2017 foi de 2.767 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2.655 mil boed no Brasil, estável em relação ao ano anterior. Já a produção de derivados no Brasil caiu 5%, enquanto a venda doméstica apresentou queda de 6% na comparação anual, totalizando 1.800 mil barris por dia (bpd) e 1.940 mil bpd, respectivamente.

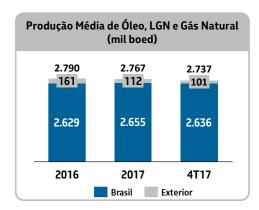
A companhia manteve sua posição de exportadora líquida, com saldo de 361 mil bpd em 2017 (vs. 167 mil bpd em 2016), em função do aumento das exportações de petróleo em 32% e da redução das importações em 18%.

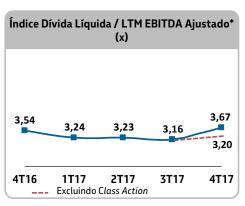


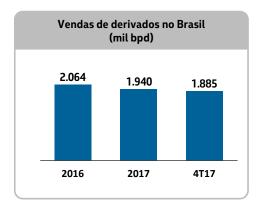


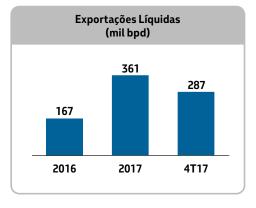












^{*} Vide definições de Fluxo de Caixa Livre, EBITDA Ajustado, Margem do EBITDA Ajustado, Alavancagem e Endividamento Líquido no Glossário e respectivas reconciliações nas seções de Liquidez e Recursos de Capital, Reconciliação do EBITDA Ajustado e Endividamento Líquido.

Tabela 01 - Principais itens e indicadores econômicos consolidados*

	R\$ milhões						
		Exercício		rty minioci			
	2017	2016	2017 x 2016 (%)	4T- 2017	3T- 2017	4T17 X 3T17 (%)	4T- 2016
Receita de vendas	283.695	282.589	-	76.512	71.822	7	70.489
Lucro bruto	91.595	89.978	2	25.203	21.237	19	22.812
Lucro (Prejuízo) operacional	35.624	17.111	108	(1.414)	7.778	(118)	11.811
Resultado financeiro líquido Lucro líquido (Prejuízo) -	(31.599) (446)	(27.185) (14.824)	(16) 97	(7.598) (5.477)	(7.411) 266	(3) (2159)	(5.309) 2.510
Acionistas Petrobras	(440)	(14.024)	//	(3.477)	200	(2137)	2.510
Lucro líquido (Prejuízo) por ação - Acionistas Petrobras	(0,03)	(1,14)	97	(0,41)	0,03	(1467)	0,19
Valor de mercado (Controladora)	216.045	209.777	3	216.045	203.376	6	209.777
EBITDA ajustado*	76.557	88.693	(14)	12.986	19.223	(32)	24.788
Margem EBITDA ajustado* (%)	27	31	(4)	17	27	(10)	35
Margem bruta* (%)	32	32	_	33	30	3	32
Margem operacional* (%) Margem líquida* (%)	13	6 (5)	7 5	(2) (7)	11	(13) (7)	17 4
maigeni (iquida (%)	_	(3)	J	(7)	_	(7)	7
Investimento total	48.220	55.348	(13)	14.790	10.435	42	14.060
E&P Abastecimento	39.650 4.093	47.250 4.032	(16) 2	12.802 1.104	8.543 1.124	50 (2)	11.146 1.015
Gás e Energia	3.602	2.426	48	574	578	(1)	1.439
Distribuição	345	477	(28)	116	82	43	147
Biocombustível	112	364	(69)	62	17	265	15
Corporativo	419	799	(48)	132	91	50	298
Dólar médio de venda (R\$)	3,19	3,48	(8)	3,25	3,16	3	3,30
Dólar final de venda (R\$)	3,31	3,26	2	3,31	3,17	4	3,26
Variação - Dólar final de venda (%)	1,5	(16,5)	18	4,4	(4,2)	9	0,4
Preço derivados básicos -	226,37	227,44	-	246,29	213,41	15	220,25
Mercado interno (R\$/bbl) Brent (R\$/bbl)	173,30	150,90	15	199,48	164,71	21	162,90
Brent (US\$/bbl)	54,27	43,69	24	61,39	52,08	18	49,46
Preço de venda - Brasil							
Petróleo (US\$/bbl)	50,48	39,36	28	55,82	48,30	16	45,71
Gás natural (US\$/bbl)	37,79	31,10	22	38,60	37,28	4	32,08
Preço de venda - Internacional	47.47	42 52	0	E4 04	44.22	22	42 44
Petróleo (US\$/bbl) Gás natural (US\$/bbl)	47,16 20,79	43,52 21,40	8 (3)	54,04 22,23	44,32 21,90	22 2	42,44 18,34
das naturat (0337 bbt)	20,77	21,40	(3)	22,23	21,70	2	10,54
Volume total de vendas (mil							
barris/dia) Diesel	717	780	(8)	692	754	(8)	707
Gasolina	521	545	(4)	501	512	(2)	553
Óleo combustível	61	67	(9)	68	68	-	67
Nafta	134	151	(11)	113	133	(15)	164
GLP QAV	235 101	234 101	_	230 105	249 102	(8) 3	232 101
Outros	171	186	(8)	176	172	2	177
Total de derivados	1.940	2.064	(6)	1.885	1.990	(5)	2.001
Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	112	112	-	121	115	5	104
Gás natural	361	333	8	386	389	(1)	332
Total mercado interno	2.413	2.509	(4)	2.392	2.494	(4)	2.437
Exportação de petróleo, derivados e outros	672	554	21	550	699	(21)	649
Vendas internacionais	242	418	(42)	246	244	1	364
Total mercado externo	914	972	(6)	796	943	(16)	1.013
Total geral	3.327	3.481	(4)	3.188	3.437	(7)	3.450

^{*} Vide definições de EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, Margem Bruta, Margem Operacional e Margem Líquida e reconciliação na seção do EBITDA Ajustado.

Resultados de 2017 x 2016*

Apresentamos melhora no lucro operacional no ano, provocada pelo aumento do Brent, bem como do volume e margem das exportações de petróleo e crescimento das vendas de gás natural, redução nas despesas com pessoal, com baixa de pocos secos e/ou subcomerciais e com ociosidade de equipamentos, além de ganhos com alienação da NTS e queda do impairment expressiva depreciação. Por outro lado, houve queda dos volumes de derivados no mercado e maiores gastos participações governamentais. Estes fatores resultaram no lucro operacional de R\$ 35.624 milhões, 108% maior que 2016.

Durante o ano de 2017, com o objetivo de eliminar riscos e incertezas no contencioso, assinamos acordo para encerrar a *Class Action*, no valor de R\$ 11.198 milhões (considerando impostos), e aderimos a quatro programas de regularização de débitos federais, que afetaram o nosso resultado, gerando prejuízo de R\$ 446 milhões, além de redução no EBITDA Ajustado, de R\$ 88.693 milhões para R\$ 76.557 milhões.

Os programas de regularização de débitos federais também provocaram efeitos na despesa financeira líquida, porém foram compensados pela redução nas despesas de juros, possibilitada pela gestão ativa da dívida, que proporcionou redução do montante e de seu custo. No entanto, a maior depreciação do dólar sobre a exposição passiva líquida em libra e euro durante o período levou a uma piora do resultado financeiro.

O Fluxo de Caixa Livre aumentou 6%, tendo vista a redução nos investimentos.

Receita de vendas de R\$ 283.695 milhões, R\$ 1.106 milhões superior à do exercício de 2016 (R\$ 282.589 milhões), devido:

- aumento da receita com exportações (R\$ 12.814 milhões), principalmente, pela maior comercialização de petróleo, em razão da sua maior disponibilização devido à retração das vendas de derivados, em decorrência da maior colocação por importadores no mercado doméstico, bem como pelos maiores preços de petróleo e de derivados, acompanhando a elevação das cotações internacionais;
- redução das receitas com atividades no exterior (R\$ 10.789 milhões), devido ao desinvestimento na Petrobras Argentina S.A. (PESA) e na Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD); e
- retração da receita no mercado interno (R\$ 919 milhões), reflexo de:
 - ✓ menor volume de vendas de derivados, em função da colocação de produtos por importadores, com destaque para o diesel (R\$ 7.339 milhões) e a gasolina (R\$ 2.610 milhões);
 - ✓ aumento da receita de energia elétrica (R\$ 4.805 milhões), pelos maiores despachos termelétricos com elevação do PLD, em função da piora nas condições hidrológicas;
 - ✓ maior volume de comercialização de gás natural, para atender o aumento dos despachos termelétricos, com preços mais elevados (R\$ 2.738 milhões); e
 - ✓ maior preço médio de realização dos derivados, destacando os reajustes de preços do GLP (R\$ 2.059 milhões), do QAV pelo aumento das cotações internacionais (R\$ 1.146 milhões)

37

^{*} Informações adicionais sobre o resultado das operações de 2017 x 2016, vide item 6 do RMF.

compensados em parte pela redução dos preços de diesel (R\$ 1.418 milhões) e gasolina (R\$ 396 milhões).

Custo dos produtos vendidos de R\$ 192.100 milhões, R\$ 511 milhões inferior ao do exercício de 2016 (R\$ 192.611 milhões), refletindo:

- menor depreciação, influenciada pelo efeito das provisões de impairment de ativos, ocorridas em 2016;
- menores gastos com importações de petróleo e derivados devido à maior participação do óleo nacional processado nas refinarias e à redução do volume de vendas de derivados no mercado interno, e de gás natural em função da maior participação do gás nacional no mix das vendas;
- redução dos custos associados às atividades no exterior em função, principalmente, do desinvestimento na PESA e na PCD;
- maiores gastos com participações governamentais, influenciados pelo aumento das cotações internacionais das commodities, bem como pelo aumento da produção do campo de Lula, que tem maior alíquota efetiva de Participação Especial; e
- maiores gastos de energia elétrica, em função do aumento do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Despesas de vendas de (R\$ 14.510 milhões), 5% superiores às do exercício de 2016 (R\$ 13.825 milhões), influenciadas pelo aumento dos gastos logísticos pela utilização dos gasodutos, a partir da venda da NTS, parcialmente compensado pela menor provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis do setor elétrico e pelo efeito do desinvestimento da PESA e da PCD.

Despesas gerais e administrativas de R\$ 9.314 milhões, 19% inferiores às do exercício de 2016 (R\$ 11.482 milhões), refletindo os menores gastos com pessoal, principalmente, pelo impacto dos desligamentos de funcionários pelo plano de incentivo ao desligamento voluntário

(PIDV) 2014/2016, e com serviços administrativos prestados por terceiros.

Custos exploratórios para extração de petróleo e gás natural de R\$ 2.563 milhões, 58% inferiores aos do exercício de 2016 (R\$ 6.056 milhões), devido, principalmente, aos menores gastos com baixas de poços secos e/ou subcomerciais (R\$ 3.471 milhões).

Despesas tributárias de R\$ 5.921 milhões, R\$ 3.465 milhões superiores às do exercício de 2016 (R\$ 2.456 milhões), refletindo, basicamente, o efeito da adesão aos Programas de Regularização de Débitos Federais (R\$ 2.841 milhões).

Perda por *Impairment* de ativos de R\$ 3.862 milhões, 81% inferior ao do exercício de 2016 (R\$ 20.297 milhões), conforme detalhado na nota explicativa 14.

Outras despesas operacionais de R\$ 17.970 milhões, 6% superiores às do exercício de 2016 (R\$ 16.925 milhões), com destaque para:

- maior provisão para perdas e contingências com processos judiciais (R\$ 9.216 milhões), influenciada, basicamente, pelo efeito decorrente do acordo para encerramento da *Class Action* (R\$ 11.198 milhões), comparado com acordos em ações individuais em 2016, em curso nos Estados Unidos (R\$ 1.215 milhões);
- menor resultado positivo relacionado a desmantelamento de áreas em R\$ 3.771 milhões;
- aumento da despesa com planos de pensão e saúde com assistidos, em função dos juros sobre um maior saldo de obrigação atuarial líquida (R\$ 1.160 milhões);
- menores gastos com o PIDV (R\$ 4.839 milhões) pela reversão de parte de provisão, decorrente da desistência de alguns participantes no período de 2017 (R\$ 757 milhões), comparada à constituição no mesmo período do ano anterior (R\$ 4.082 milhões);

- menor efeito da realização de ajustes acumulados de conversão - CTA - (R\$ 3.577 milhões), decorrentes de desinvestimentos de ativos, principalmente o da PESA, no 3T-2016 (R\$ 3.627 milhões), proveniente da depreciação cambial, anteriormente reconhecida no patrimônio líquido;
- ganhos líquidos pela alienação e baixa de ativos no montante de R\$ 4.572 milhões, principalmente pela venda da participação na Nova Transportadora do Sudeste (NTS);
- menores gastos com paradas não programadas, principalmente com ociosidade de equipamentos (R\$ 1.460 milhões); e
- maior ressarcimento de recursos recuperados pela Operação Lava Jato (R\$ 382 milhões).

Despesas financeiras líquidas de R\$ 31.599 milhões, 16% superior às do exercício de 2016 (R\$ 27.185 milhões), em razão de:

- variação monetária e cambial negativa maior em R\$ 4.677 milhões, ocasionada por:
 - ✓ variação cambial negativa de R\$ 2.295 milhões devido à depreciação de 13,7% do dólar sobre a exposição passiva líquida em euro neste ano, comparada à variação cambial positiva de R\$ 464 milhões devido a apreciação de 3,1% sobre a exposição passiva líquida no ano anterior (R\$ 2.759 milhões);
 - ✓ variação cambial negativa de R\$ 123 milhões devido à depreciação de 9,1% do dólar sobre a exposição ativa líquida em libra neste ano, comparada à variação cambial positiva de R\$ 1.422 milhões devido à apreciação de 16,5% sobre a exposição passiva líquida no ano anterior (R\$ 1.545 milhões);
 - variação cambial negativa de R\$ 288 milhões devido à predominante apreciação do real ao longo de 2017

- sobre a exposição ativa média em dólar, comparada à variação cambial positiva de R\$ 621 milhões devido à apreciação de 16,5% do real sobre a exposição ativa em dólar no ano anterior (R\$ 909 milhões);
- ✓ redução da exposição passiva em real frente ao euro gerou uma variação positiva (R\$ 168 milhões);
- ✓ maior reclassificação da variação cambial acumulada no patrimônio líquido para o resultado pela realização das exportações protegidas no âmbito da contabilidade de hedge (R\$ 132 milhões).
- decréscimo de R\$ 263 milhões nas despesas financeiras líquidas, com destaque para:
 - ✓ decréscimo de despesas com financiamentos (R\$ 3.384 milhões), em função de pré-pagamentos; e
 - encargos decorrentes da adesão aos programas de regularização de débitos federais no período (R\$ 2.693 milhões).

Resultado positivo de participação em investimentos de R\$ 2.149 milhões, em função, principalmente, do melhor resultado apresentado por investidas, ante o resultado negativo apurado no exercício de 2016 (R\$ 629 milhões), que foi impactado pelo acordo de leniência da Braskem (R\$ 1.035 milhões) e pelo resultado negativo da Guarani S/A, cuja totalidade da participação foi efetivamente alienada em fev/2017.

Despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 5.797 milhões, R\$ 3.455 milhões superior à apurada no exercício de 2016 (R\$ 2.342 milhões), em razão, principalmente, dos efeitos da adesão aos programas de regularização de débitos federais, aliados aos resultados apurados nos períodos (ver nota explicativa 21.6).

Nosso modelo de governança corporativa

Por sermos uma companhia de capital aberto, seguimos as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&FBovespa, no Brasil. No exterior, cumprimos as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Nyse, nos Estados Unidos; do Latibex da Bolsa y Mercados Españoles, na Espanha; e da Comisión Nacional de Valores (CNV) e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires, na Argentina.

Nossa estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus comitês, Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês, conforme figura abaixo.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, sete membros e, no máximo, onze membros, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

O Conselho de Administração conta com seis comitês estatutários de assessoramento: Comitê Estratégico; Comitê Financeiro; Comitê de Auditoria; Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; e Comitê de Minoritários.

Os referidos comitês são compostos por membros do Conselho de Administração, e/ou por pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica. nomeados anualmente pelo Conselho e objetivo assessorá-lo cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da companhia, com atribuições específicas relacionadas ao escopo de atuação. A composição e as regras de funcionamento comitês disciplinadas são regimentos próprios aprovados pelo Conselho de Administração.

Estes e outros instrumentos de governança corporativa estão disponíveis para consulta no site de Relacionamento com Investidores da Petrobras, em: http://www.investidorpetrobras.com.br/.

Nossa Estrutura de Governança



Extraordinariamente, contamos com um Comitê Especial, de caráter independente e com linha de reporte direta ao Conselho de Administração. O Comitê atua como interlocutor das investigações internas independentes relativas às implicações da Operação Lava-Jato conduzidas pelos escritórios Trench, Rossi e Watanabe e Gibson, Dunn & Crutcher. O Comitê é composto por três membros, sendo duas pessoas externas à companhia. independentes, com notório conhecimento técnico, e o diretor executivo de Governança Conformidade.

Diretoria Executiva é 0 órgão. responsável pela gestão dos negócios da companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta pelo presidente e pelos diretores executivos e seus membros são Conselho pelo todos eleitos de Administração.

Os membros da Diretoria Executiva atuam individualmente, nas atividades das unidades de suas respectivas áreas de contato, nos termos de suas atribuições previstas no Estatuto Social, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Os membros da Diretoria Executiva contam com sete Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, compostos por titulares da estrutura geral companhia, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias: Comitê Estatutário Técnico de Estratégia. Organização e Sistema de Gestão; Comitê Técnico Estatutário de Desenvolvimento Produção e Tecnologia; Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Producão; Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural; Comitê Técnico Estatutário **Financeiro** e Relacionamento com Investidores: Comitê de Técnico Estatutário Assuntos Corporativos; Comitê Técnico е Estatutário de Governanca e

Conformidade. A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimentos aprovados pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva pode criar comitês, com poderes delegados, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Os comitês podem ser de natureza deliberativa ou consultiva e têm a finalidade de auxiliar a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

Contamos com um diretor executivo de Governança e Conformidade, estatutário e membro da Diretoria Executiva, e um diretor adjunto de Governança e Conformidade, responsáveis corporativamente pelo processo de integridade da companhia.

Ao diretor executivo de Governança e Conformidade, diferentemente dos demais, compete analisar e emitir parecer quanto à conformidade processual das pautas submetidas à Diretoria Executiva, apoiado pelo diretor adjunto nas análises das pautas junto aos gerentes da estrutura geral da área.

O diretor adjunto, função não estatutária, temporária - com vigência até 31 de dezembro de 2019 (prorrogável por períodos consecutivos de dois anos) vinculado ao diretor executivo, tem a ele vinculadas as gerências executivas de Governança e de Conformidade e a gerência geral de Apuração de Denúncias, cabendo, portanto, o papel de coordenar as ações de prevenção e investigação nos temas de fraude e corrupção, assim como controles as acões internos. governança corporativa e governança societária.

Nosso Conselho Fiscal é de caráter permanente e foi instalado em 17 de fevereiro de 1956.

O Conselho Fiscal é um órgão colegiado não integrante da administração, ao qual meio de sua funcão cabe, por fiscalizadora, representar os acionistas, acompanhando а ação dos administradores. Tem como objetivo geral verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários e defender os interesses dos acionistas da Petrobras. A função fiscalizadora não se limita a verificar a legalidade dos atos, mas envolve todo o nível necessário de informação para salvaguardar o interesse dos acionistas sem, contudo, interferir na própria administração.

O Conselho Fiscal deve manter um estreito e produtivo relacionamento com a estrutura administrativa da Petrobras, visando ao cumprimento de suas funções legais. O espírito cooperativo deve ter por meta manter o necessário fluxo de informações e salvaguardar os interesses da companhia e dos acionistas, devendogarantir, por outro lado, se independência do Conselho Fiscal com relação a quaisquer outros órgãos da Petrobras.

São realizadas reuniões periódicas conjuntas entre o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, cuia reflete pauta OS principais acontecimentos da companhia. principalmente com relação administração de riscos e governança. No exercício de 2017, foram realizadas 27 reuniões do Conselho Fiscal e 45 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), sendo duas reuniões conjuntas entre estes colegiados. O Conselho Fiscal também participou como convidado de uma reunião com o Conselho de Administração para deliberação das matérias levadas às Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária de 27 de abril de 2017, que visou a emissão do parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações contábeis do exercício.

Para o exercício de 2018, estão previstas 28 reuniões do Conselho Fiscal, sendo duas em conjunto com o CAE e uma em conjunto com o CA, para deliberação das matérias a serem levadas à AGO/AGE de 26 de abril de 2018.

No exercício de 2017 foram realizadas 46 reuniões do Conselho de Administração, sendo 12 reuniões ordinárias e 34 extraordinárias.

Além de atender ao artigo 115, §1°, da Lei das Sociedades por Ações, dispomos de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. Nosso Estatuto Social, em seu artigo 21, determina que o indicado para o cargo de administração não poderá apresentar qualquer forma de conflito de interesse com a companhia. O artigo 28 do Estatuto prevê hipóteses de conflito de interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do conselho fiscal. impedindo-os de exercer determinadas atividades, por um período de seis meses, mediante remuneração compensatória, autorizada previamente pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Em 2016, contratamos, por meio de processo licitatório, a empresa externa especializada Russell Reynolds implantar e formalizar o procedimento de avaliação anual de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como da Diretoria Executiva e de cada um dos membros destes colegiados, individualmente. As avaliações individuais dos conselheiros e diretores foram discutidas com cada avaliado pelo presidente do Conselho de Administração pelo presidente da companhia, respectivamente.

A descrição completa de nossa estrutura administrativa e outras informações relevantes estão nos itens 12.1, 12.2, 12.3 e 12.12 do Formulário de Referência: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

10. Nossas principais melhorias em governança corporativa

Em 2017, promovemos ações de melhoria da governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas à estratégia da companhia e em conformidade com as exigências com as exigências de novos regramentos de governança adotados pela companhia (Lei 13.303/2016, Decreto 8.945/2016, Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 e pedido de adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3).

Entre as principais melhorias realizadas no período estão:

Revisão do Estatuto Social

A revisão do Estatuto Social em 2017, entre outros pontos, compreendeu:

- Comitê de Minoritários: ampliação das atribuições deste Comitê, que passará a examinar e opinar, em caráter consultivo e não vinculante, e mediante o registro em ata publicado no Manual da Assembleia, acerca de determinadas matérias. Os detentores das ações preferenciais não têm o direito de voto, porém adquirem o direito a voz por meio de seus representantes no Comitê de Minoritários;
- Tag along de 100% para ações preferenciais: inclusão de cláusulas que garantem a concessão de 100% de tag along para ações preferenciais, nas mesmas condições concedidas às ações ordinárias, além de regras para oferta pública de aquisição de ações;
- **Procedimento Arbitral:** a previsão de procedimento arbitral foi adaptada ao Regulamento do Nível 2 da B3, ressalvadas as disputas ou controvérsias que se refiram às atividades da Petrobras fundamentadas no artigo 1° da Lei n° 9.478, de 06 de agosto de 1977, e observado o disposto no Estatuto Social, no que tange ao interesse público que justificou a sua criação, bem como às disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis;

- Interesse público: o Estatuto Social passa a prever, de forma clara e transparente, que a companhia poderá ter suas atividades orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação. No entanto, caso as orientações da União levem a companhia a assumir obrigações condições responsabilidades em diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, estas deverão estar definidas em lei ou regulamento e ter seus custos e receitas discriminados e divulgados. Além disso, a União deverá compensar a Petrobras, a cada exercício social, pelo valor da diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida; e
- Vedação à recondução: os administradores e conselheiros fiscais que não participarem de treinamentos anuais disponibilizados pela companhia nos últimos dois anos não poderão ser reconduzidos ao cargo.
- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018, aprovou o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) de membros independentes para a composição do Conselho Administração, incidindo este percentual sobre o número total de Conselheiros de Administração. Além disso, os membros do Conselho de Administração a serem indicados pela União com a finalidade de atender 0 número mínimo independentes previsto no \$5° deste artigo serão selecionados em lista elaborada tríplice. por empresa especializada experiência е com comprovada, não sendo permitida a interferência na indicação desta lista, que será de inteira responsabilidade da empresa especializada.

Publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2016

A Petrobras publicou, em 29 de junho de 2017, a Carta Anual de Políticas Públicas

e de Governança Corporativa 2016, destinada ao público em geral e reunindo, forma sintética, as principais informações relativas a compromissos com a consecução de objetivos de atividades políticas públicas, desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da companhia.

A Carta de Governança é uma exigência da Lei 13.303/2016, do Decreto 8.945/2016 e do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 e está em linha com os requisitos de transparência requeridos pela legislação.

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017 está disponível no site da Petrobras, juntamente com o Formulário de Referência 2017, no seguinte endereço: http://www.investidorpetrobras.com.br/.

Revisão do Código de Boas Práticas

O Código reúne as principais políticas de governança da companhia e visa aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança da Petrobras, orientando a atuação de seus conselheiros, diretores executivos, gestores, empregados e colaboradores. O Código é composto atualmente pelas seguintes políticas:

- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários;
- (ii) Política de Conformidade da Petrobras;
- (iii) Política de Gestão de Riscos Empresariais;
- (iv) Política e Diretrizes da Função Ouvidoria do Sistema Petrobras;
- (v) Política de Remuneração aos Acionistas (nova denominação da antiga Política de Distribuição de Dividendos);

- (vi) Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral da Petrobras e das Sociedades do Sistema Petrobras;
- (vii) Política de Comunicação;
- (viii) Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras; e
- (ix) Política de Governança Corporativa e Societária.

Em 2017, foram revisadas as seguintes políticas corporativas:

- Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral da Petrobras e das Sociedades do Sistema Petrobras;
- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários;
- Política de Gestão de Riscos Empresariais; e
- Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras.

Até 12 de maio de 2018, foram aprovadas pelo Conselho de Administração as seguintes políticas:

- Política de Governança Corporativa e Societária; e
- Política de Remuneração aos Acionistas.
- Revisão do Programa de Treinamento e Capacitação em Governança Corporativa

Os administradores e conselheiros fiscais das empresas estatais, inclusive representantes de empregados minoritários, devem participar, na posse anualmente. de treinamentos específicos disponibilizados companhia sobre legislação societária e de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de Lei n° 12.846/2013 conduta, (Lei Anticorrupção) demais e temas relacionados às atividades da companhia.

A fim de promover a integração de novos conselheiros de administração, membros externos dos comitês do Conselho, diretores executivos e conselheiros fiscais da Petrobras e, ao mesmo tempo, apresentar e atualizar o conhecimento sobre temas relevantes definidos na Lei 13.303/16, no Decreto 8.945/16 e no Programa Destaque em Governança de Estatais da Bovespa, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em outubro de 2016, o novo modelo de treinamento para a alta administração da companhia.

Em janeiro de 2018, a Diretoria Executiva aprovou a nova edição do Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais e do Programa Periódico de Treinamento Administradores e Conselheiros Fiscais. O Programa de Treinamento de Novos Administradores é realizado sob demanda para os novos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Já o Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais, com o mesmo público-alvo, possui um calendário anual programado.

Esse programa é dividido em duas etapas. A primeira voltada para recepcionar os conselheiros e diretores executivos que estão ingressando na Petrobras, âmbito do qual serão tratados temas tais estratégia: desempenho empresarial; governança; conformidade; divulgação de informações ao mercado; segurança da informação; e deveres e responsabilidades dos administradores. A segunda voltada para, ao longo do ano, levar a todos os conselheiros e diretores executivos que estiverem em atividade na companhia apresentações sobre temas atuais, importantes ou que demandem especial atenção da alta administração, tais como: legislação societária; legislação anticorrupção; Código de Ética e Guia de Conduta; transações com partes relacionadas: adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais e ao Segmento de Listagem Nível 2 da B3; gestão da imagem e da reputação da

Petrobras; e relatório do auditor externo, entre outros.

Em 2017, os programas de treinamento passaram a ser também disponibilizados aos membros do Conselho Fiscal.

Em 2017, foram realizados onze eventos, sendo três treinamentos para novos membros dos comitês do Conselho de Administração, cinco treinamentos para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva e três treinamentos para o Conselho Fiscal. Todos os treinamentos foram registrados em atas.

Possuímos ainda 0 Programa Capacitação em Governança Corporativa Societária, em parceria com a Universidade Petrobras. Este programa de desenvolvimento continuado é destinado a técnicos que atuam na área de governança e profissionais ligados ao administradores, dirigentes e gestores da Petrobras e de sociedades. Entre 2011 e 2017, foram realizadas 50 turmas, totalizando mais de dois mil profissionais treinados.

Aprovação da função de diretor adjunto de Governança e Conformidade

A criação da função não estatutária, aprovada pelo Conselho de Administração, em junho de 2017, é mais um avanço em nosso sistema de governança, dado que o diretor adjunto concentrará seu foco de atuação em ações internas, especialmente aquelas ligadas a demandas de controles internos, governança corporativa e governança societária, assim como em prevenção e investigação.

Certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3

Recebemos, em agosto de 2017, a certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais, concedida pela B3. Atendemos a todas as medidas obrigatórias do Programa e obtivemos 56 pontos (em um total de 60) dentre as demais medidas estabelecidas.

Prêmio Estadão Empresas Mais

Ranking elaborado pelo Grupo Estado em parceria com a Austin Rating e a FIA (FEA/USP) elegeu as empresas mais eficientes em 22 setores da economia e por região, com as melhores práticas em governança corporativa. O Conselho de Administração da Petrobras ganhou o 1º lugar em sua categoria.

Pedido de adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3

O Conselho de Administração aprovou, em outubro de 2017, a solicitação de adesão da companhia ao segmento especial de listagem Nível 2 de Governanca Corporativa da B3 autorizou e celebração de Contrato de Participação no Nível 2 com a B3 e a União, como acionista controladora. Nesse sentido, foram aprovados ajustes no Estatuto demais Social е instrumentos governanca, de forma a incorporar as medidas adicionais de governança corporativa.

Em maio de 2018, a B3 autorizou a adesão da companhia ao segmento especial de Nível 2 de Governanca Corporativa. A partir de 14/05/2018, nossas ações passaram a ser negociadas segmento especial de mobiliários da B3, Nível 2 de Governança Corporativa, que, em linha com o Novo Mercado, exige o atendimento de regras diferenciadas governança aprimoramento da qualidade das informações prestadas pela companhia.

Vale ressaltar que a manutenção da Petrobras neste segmento de listagem requer que não haja alteração ou violação de quaisquer dos itens relacionados como condicionantes, cujos detalhes encontram-se na Carta da B3 disponível no site da companhia (http://www.petrobras.com.br/ri).

Nível 1 de Governança do IG-SEST

Em novembro de 2017, obtivemos nota máxima (10,0) no Indicador de Governança (IG-SEST), elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança

das Empresas Estatais (SEST). Com este resultado, atingimos o Nível 1 governança. O IG-SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo para fins de mensuração do cumprimento pela requisitos exigidos n° Lei 13.303/2016 e tem como objetivo acompanhar o desempenho da qualidade da governança das empresas estatais federais.

Em maio de 2018, obtivemos, pela segunda vez consecutiva, nota máxima no IG-SEST, com os resultados apurados em nosso 2º Relatório de Avaliação. Alcançamos novamente nota 10,0 no Nível 1 de governança.

Nova Tabela de Limites de Competência (TLC)

Em fevereiro de 2018, a Diretoria Executiva aprovou a proposta de revisão da Tabela de Limites de Competência (TLC), que tem dentre seus objetivos: (i) consolidar os limites de competência da companhia em único documento, abrangendo os principais processos e todas as alçadas decisórias; (ii) suprir lacunas normativas, propondo limites de competência para matérias que ainda não estão regradas; (iii) definir os limites de competência diretamente à função, eliminando o processo de delegação interno nas áreas; e (iv) rever limites de competências, corrigindo valores desatualizados, aumentando reduzindo alguns limites e estabelecendo limites máximos para alguns compromissos.

Os benefícios esperados com a implantação da nova TLC são melhor controle e transparência sobre as delegações, definição clara e objetiva das alçadas de aprovação, fácil entendimento e aplicação pelos empregados, redução de consultas e pareceres sobre competência e processo decisório mais ágil e seguro.

Outras informações sobre melhores práticas de governança estão no item 12.12 do Formulário de Referência: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

11. Nossa composição e remuneração da administração

Nosso Conselho de Administração é um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da lei e do Estatuto Social. É composto por, no mínimo, sete membros e, no máximo, onze membros, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas designar dentre eles o presidente do Conselho, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

A companhia possui seis comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria; (ii) Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; (iii) Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; (iv) Comitê Estratégico; (v) Comitê Financeiro; e (vi) Comitê de Minoritários. Estes comitês são compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por pessoas mercado de notória experiência técnica, capacidade nomeados anualmente pelo Conselho de têm Administração e por objetivo assessorar o órgão no cumprimento das suas responsabilidades.

Nossa Diretoria Executiva é composta por um presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e sete diretores executivos, eleitos pelo Conselho, dentre brasileiros residentes no país, para um mandato de até dois anos, permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Entre os membros da Diretoria Executiva, apenas o presidente é membro do Conselho de Administração sem, no entanto, presidir o órgão.

Nosso Conselho Fiscal é constituído de forma permanente, sendo independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações. É composto por até cinco membros e respectivos suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, com

mandato de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas; sendo um dos membros indicado pelos acionistas minoritários, um indicado pelos acionistas titulares de ações preferenciais e três indicados pela União, sendo um indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

A remuneração fixa do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão ao Conselho de Administração e definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei 6.404/76.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os membros da nossa Diretoria Executiva, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao nosso. Todos os membros da Diretoria Executiva são estatutários.

A composição da remuneração dos nossos administradores é definida considerando nossos resultados econômico-financeiros, bem como busca promover o reconhecimento dos esforços dos administradores da companhia, e um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Petrobras.

estruturada de forma que remuneração variável esteja condicionada ao atendimento indicadores de desempenho negociados SEST, tais como: líquida/EBITDA e Taxa de Acidentes Registráveis (TAR). 0 número remunerações (salários) a serem pagas no âmbito do Programa de Remuneração Variável da Petrobras varia conforme o percentual de atingimento das metas, e é calculado com base nos resultados da companhia.

remuneração dos Α nossos administradores é definida considerando nossos resultados econômico-financeiros, promocão bem como a reconhecimento dos administradores e um alinhamento destes às estratégias de médio e longo prazos companhia, acompanhado pelo cumprimento das metas definidas pelo Conselho de Administração indicadores como Dívida líquida/EBITDA e Taxa de Acidentes Registráveis (TAR).

Cumpre ressaltar que a soma dos valores a serem percebidos por cada membro do Conselho de Administração a título de remuneração. incluindo pró-labore. benefícios diretos indiretos. remuneração por participações comitês e outros, estão limitados ao disposto na Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. A Lei estabelece que a remuneração dos membros do Conselho de Administração de sociedades de economia mista, como a companhia, "não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas".

Neste sentido, para 0 cálculo da remuneração de Diretoria nossa Executiva, conforme descrito acima, a Petrobras leva em consideração nossos resultados econômico-financeiros, bem como a promoção do reconhecimento dos esforços dos administradores e alinhamento às práticas de mercado e propõe um valor que é negociado com a SEST, que é aprovado em Assembleia Geral.

O presidente da companhia é membro do Conselho de Administração, no entanto esta participação não é remunerada. Além disso, conforme estabelece o art. 38, §8° do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, respeitando, em todo caso, o limite remuneratório fixado pela Lei nº 9.292/96, os membros do Conselho de Administração que participarem do Auditoria Comitê de Estatutário renunciarão à remuneração de conselheiro de administração.

Atualmente, três membros do Conselho de Administração são integrantes do Comitê de Auditoria.

Atualmente quatro membros integrantes dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração não são remunerados, tendo em vista que a soma dos valores a serem percebidos por cada membro do Conselho de Administração a título de remuneração, incluindo prólabore, benefícios diretos e indiretos, remuneração por participações comitês e outros, estão limitados ao disposto na Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. No entanto essa situação pode sofrer alterações no decorrer do exercício.

Em 2017, a remuneração anual média de nossa Diretoria Executiva foi de R\$ 2.112.962,39, enquanto a do Conselho de Administração foi de R\$ 169.538,52 e a do Conselho Fiscal, de R\$ 160.068,62. Esses valores são apurados conforme orientações da CVM.

Assembleia Ordinária Geral da Petrobras, realizada em 26 de abril de 2018, aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), membros do Conselho Fiscal e dos membros dos comitês estatutários de Conselho assessoramento ao Administração em até R\$28.348.926,32, a ser paga no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019.

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, em 2017, encontra-se a seguir. Outras informações estão disponíveis nos itens 12.1, 13.1 e 13.11 do Formulário de Referência, em: http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/formulario-de-referencia-0.

*Tabela 02 - Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal - Valores Anuais

	Diretoria Estatutária			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	
N° de membros	7,92	7,67	8,00	
N° de membros remunerados	7,92	7,67	8,00	
Valor da maior Remuneração (Reais)	2.347.432,34	2.240.007,40	2.168.850,76	
Valor da menor Remuneração (Reais)	1.860.873,09	1.994.839,17	305.461,68	
Valor médio da Remuneração (Reais)	2.112.962,39	2.212.752,14	2.124.912,84	

	Conselho de Administração			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	
N° de membros	9,00	11,00	13,67	
N° de membros remunerados	5,75	9,33	11,33	
Valor da maior Remuneração (Reais)	210.653,11	171.361,46	156.602,47	
Valor da menor Remuneração (Reais)	137.072,73	149.039,98	156.602,47	
Valor médio da Remuneração (Reais)	169.538,52	168.338,59	153.277,24	

	Conselho de Fiscal			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	
N° de membros	5,00	5,00	5,00	
N° de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	
Valor da maior Remuneração (Reais)	164.487,28	170.868,54	156.602,47	
Valor da menor Remuneração (Reais)	164.487,28	170.868,54	156.602,47	
Valor médio da Remuneração (Reais)	160.068,62	163.341,28	156.602,47	

(*) A descrição da experiência profissional de nossa administração e do nosso Conselho Fiscal, bem como informações sobre as respectivas declarações de independência e de pessoa politicamente exposta, encontram-se nos itens 12.5/6 do Formulário de Referência da Petrobras 2017, disponível em nosso website: http://www.investidorpetrobras.com.br ou ainda no site da CVM, em: http://www.cvm.gov.br/.

